

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS**

**ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO E
DA ERGONOMIA: DISCURSOS E PRÁTICAS**

LUCINEIDE DOMINGOS MARQUES



RECIFE-2018

LUCINEIDE DOMINGOS MARQUES

**ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO E DA
ERGONOMIA: DISCURSOS E PRÁTICAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na Área de Desenvolvimento Humano como parte dos requisitos para obtenção do título de graduado em Economia Doméstica.

Orientadora: Prof^ª. Dra Joseana Maria Saraiva

**RECIFE
2018**

LUCINEIDE DOMINGOS MARQUES

**ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO E
DA ERGONOMIA: DISCURSOS E PRÁTICAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Joseana Maria Saraiva – Orientadora

Prof^a MSc Michele Cristina Rufino Maciel (1^a Examinadora)

Prof^a Dra. Raquel de Aragão Uchoa Fernandes (2^a Examinadora)

Aprovada em: ____/____/____

APRENDI...

O que é o tempo? Quando quero explicá-lo não acho explicação. Se o passado é o que eu, do presente, lembro, e o futuro é o que eu, do presente, antecipo, não seria mais certo dizer que o tempo é só o presente? Mas quanto dura o presente?

(SANTO ANGOSTINHO)

Aprendi que o tempo é muito precioso e não volta atrás. Por isso não vale a pena

Res

,Ogatar o passado. O que vale a pena é construir o futuro. O meu futuro está por vir.

Também aprendi que devemos abrir os braços e vencer o medo de tentar, partir atrás dos sonhos. A vida tem valor e você tem valor diante da vida...

Devemos sempre correr atrás da felicidade e nunca ficar cansado de não encontrá-la...

Porque ela existe, mesmo que seja por alguns momentos...

(William Shakespeare)

AGRADECIMENTOS

- Agradeço, primeiramente, a **DEUS**, por ter me dado força, coragem, capacidade para aprender, refletir e superar as adversidades da vida, sempre confiante na sua presença ao meu lado.
- Agradeço ao meu esposo, **José Flávio Marques de Sousa**, a meus filhos **Guilherme Domingos Marques e Marcone Domingos Marques**, pelo apoio, paciência e força nos momentos difíceis.
- A minha mãe, **Beatriz Domingos da Silva**, pela minha vida, carinho e incentivo para concluir o curso de Economia Doméstica, mesmo, não entendendo ao certo o significado e importância dessa profissão.
- As minhas **irmãs Luciene e Lucielma** pelo apoio nas horas precisas, carinho e compreensão.
- A minha sobrinha **Luana Bernardo** pelos momentos alegres e pela força sempre que me encontrava triste. Você me confortava e me reanimava.
- Agradeço a minha orientadora, **Professora Dra. Joseana Maria Saraiva** pela amizade, carinho, atenção e, sobretudo, pela orientação durante todo processo de produção desse estudo, sem a sua presença constante eu não teria conseguido concluir tão valioso estudo. Obrigada por ter me ensinado a compreender e estabelecer a relação teoria/prática na perspectiva da interdisciplinaridade, relacionar e sistematizar os conteúdos para aprofundar o conhecimento científico numa perspectiva crítica. Não tenho palavras para lhe dizer o quanto foi enriquecedor para minha formação como estudante e como ser humano estar ao seu lado como aprendiz nesse processo. DEUS na sua infinita bondade lhe retribuirá. **Só GRATIDÃO!**
- Ao **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC/PIC - CNPq** pela oportunidade de me tornar uma pesquisadora através da elaboração desse estudo.
- As minhas amigas **Irani Oliveira, Juliane Reis, Suzi Albuquerque** pela convivência durante esses anos, pelos momentos de farras e brincadeiras e pelos momentos de tristeza e perrengue. Ademais, pelas palavras de carinho, incentivo e apoio nas horas difíceis.

- Aos **professores do Departamento de Ciências Domésticas/UFRPE** pelos quatro anos de convivência, de paciência, compreensão e pelos conhecimentos apreendidos.
- A Professora **Ângela Miguel** do Departamento de Ciências Domésticas /UFRPE pelo o apoio nas horas precisas.
- A todos/as os/as profissionais das instituições de Educação Infantil onde se realizou esse estudo, especialmente a Professora **Neuza Santos de Oliveira Vieira**, pela atenção e apoio. Sem sua colaboração este estudo não seria possível.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 Aspectos teóricos conceituais sobre os espaços pedagógicos na educação Infantil: avanços e desafios da sua construção	21
3. OBJETIVOS	27
3.1 Geral	27
3.2 Específicos	27
4. METODOLOGIA.....	27
4.1 Abordagem e Tipologia do Estudo	27
4.2 Universo e Amostra	29
4.3 Instrumento de coleta de dados	30
4.4 Método de Análise	31
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5.1 Mapeamento das Instituições de Educação Infantil onde se realizou a pesquisa	32
Segundo a Lei nº 16.293/97, Art. 1º, o Município do Recife é dividido em 06 (seis) Regiões Político-Administrativas – RPA's, para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento e avaliação governamental. Conforme § 2º - As Ruas são subdivididas em microrregiões, visando à definição das intervenções municipais a nível local e articulação com a população.....	32
QUADRO 1 – Mapeamento das Instituições de Educação Infantil - Recife, 2017.....	32
5.2 Perfis Socioeconômico e demográfico dos sujeitos da pesquisa	33
5.2.1 Em relação ao Sexo	34
5.2.2 Em relação ao Nível de Escolaridade	35
5.2.4 Em relação ao vínculo empregatício	39
5.2.5 Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de instituições de Educação Infantil e estagiários, sobre os espaços físicos, mobiliário e acerca dos materiais pedagógicos	39
5.3 Espaços Físicos	40
5.3.1 Como deve ser pensado o espaço físico?.....	41
5.4 Percepção espacial da Instituição	44

5.4.1 Como você percebe o espaço da sua instituição?	44
5.5 Mobiliários e Equipamentos	47
5.5.1 Como deve ser pensado o mobiliário e os equipamentos?	47
5.6 Percepção do Mobiliário da Instituição	51
5.6.1 Como percebe o mobiliário da sua instituição?	51
5.7.1 Como devem ser pensados os materiais pedagógicos?.....	52
5.7.2 Como você percebe o material pedagógico da sua instituição?.....	53
5.7.3 Análise dos espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos na perspectiva da legislação e da ergonomia.	54
5.7.4 O prédio: Condições contextuais e ambientais preexistentes	54
5.7.5 As circunstâncias preexistentes relacionadas ao prédio onde funciona a instituição.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	94

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Caracterização do perfil sócio econômico e demográfico das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, da Rede de Educação Infantil do Recife – Recife, 2017.....32
- Tabela 2 – Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como devem ser pensados os pensados físicos – Recife, 2017..... 40
- Tabela 3 – Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógica, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como percebem o espaço da sua instituição – Recife, 2017..... 44
- Tabela 4 – Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantis e das estagiárias, sobre como deve ser pensado o mobiliário e os equipamentos da sua instituição – Recife, 2017..... 47
- Tabela 5 – Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantis e das estagiárias, sobre como percebem o mobiliário da sua instituição – Recife, 2017.....51
- Tabela 6 – Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de instituições de Educação Infantil e estagiários/as acerca dos dos materiais pedagógicos – Recife, 2017.....52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Mapeamento das Instituições de Educação Infantil - Recife, 2017.....	31
QUADRO 2 – Apresentação dos dados das observações sobre a fachada da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonomia – Recife, 2018.....	59
QUADRO 3 – Apresentação dos dados das observações sobre a Área de Recreação da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e ergonomia - Recife, 2018...	60
QUADRO 4 – Resultados das observações sobre a Área de Administrativa da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonomia – Recife, 2018.....	64
QUADRO 5 – Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária 1 a 2 anos de idade na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.....	68
QUADRO 6 – Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária 2 a 3 anos de idade, na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.....	69
QUADRO 7 – Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária de 3 a 4 anos na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.....	71
QUADRO 8 – Observações realizadas sobre o refeitório da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonômica – Recife, 2018.....	81
QUADRO 9 – Observações realizadas nos Banheiros infantis da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonômica – Recife, 2018.....	83
QUADRO 10 - Análise das observações Banheiro masculino infantil da instituição de Educação Infantil na perspectiva ergonomia – Recife, 2018.....	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fachada da Creche (2018)	61
Figura 2. Facha da creche (2017)	62
Figura 3. Área de recreação	63
Figura 4. Cobertura da Área de recreação	63
Figura 5. Secretaria	67
Figura 6. Computador (secretaria)	67
Figura 7. Quadro de aviso (secretaria)	67
Figura 8. Armário de aço (secretaria)	67
Figura 9. Cadeira plástica básica (secretaria)	67
Figura 10. Máquina de impressão (secretaria)	68
Figura 11. Balança (secretaria)	68
Figura 12. Entrada da sala de atividade	71
Figura 13. Cadeira infantil	71
Figura 14. Cabideiro p/bolsas	71
Figura 15. Trabalhos/atividades das crianças	71
Figura 16. Revestimento de piso	71
Figura 17. Armário suspenso	72
Figura 18. Bebedouro	72
Figura 19. Armário de aço	72

Figura 20. Cestas plásticas	72
Figura 21. Janela/arcondicionado da sala de atividades	72
Figura 22. TV da sala de atividades	73
Figura 23. Mesa/cadeira infantil	73
Figura 24. Cabideiro/brinquedos - sala de atividades.....	73
Figura 25. Prancha/bades - sala de atividades	73
Figura 26. Cadeira infantil	78
Figura 27. Prancha - sala de atividades	78

RESUMO

Este trabalho é resultado do Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO, do curso de Bacharelado em Economia Doméstica, desenvolvido no campo da pesquisa, por meio do **Programa Institucional de Iniciação Científica / CNPq / UFRPE do período de Julho de 2017 a julho de 2018**. O referido estudo visa avaliar os espaços físicos, mobiliário, equipamento, materiais pedagógicos, das instituições de Educação Infantil da rede municipal da cidade de Recife/PE, tendo como base a Política Nacional de Educação Infantil (2004), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituição de Educação Infantil (2006), os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), os Indicadores de Qualidade para Educação Infantil (2009), o Manual de orientações técnicas – mobiliário e equipamento escolar da Educação Infantil (2017) e o Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (2012), elaborados pelo MEC, alicerçado pelo método da Análise Ergonômica do Trabalho e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos. Trata-se de um estudo de abordagem *quantitativa*, caracterizado como de caso, cujo método de análise se apoia no método da análise do espaço construído, fundamentado na análise ergonômica do trabalho – AET que visa adaptar o espaço ao usuário. Para coleta de dados, se fez uso da entrevista estruturada, acompanhada de questionário com perguntas abertas e fechadas que foram tabuladas, categorizadas e analisadas utilizando como método de análise as Representações Sociais. Para observação e análises dos aspectos relacionados aos espaços físicos, aos mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, a partir da perspectiva da Análise Ergonômica do trabalho, selecionou-se uma instituição de Educação Infantil, considerando sua especificidade em relação aos aspectos a serem observado. Os resultados mostram em relação ao mapeamento que a rede de Educação Infantil da Prefeitura de Recife possui 79 instituições de Educação Infantil distribuídas em 6 Regiões Políticas Administrativas, que atendem 7.193 crianças, conforme mapeamento, na faixa etária de 0 a 5 anos. Em relação ao perfil dos/as trabalhadores/as dessas instituições, os resultados mostram a preponderância do sexo feminino, com maior concentração da faixa etária entre 28 a 38 anos e 38 a 48 anos, configurando a população como adulta e economicamente ativa. A escolaridade se centra no ensino superior em todas as funções, exceção das estagiárias. Os salários, via de regra, são baixos, variando entre menos de 1 salário mínimo para as estagiárias e de 1 a 2 salários mínimos para a maioria do restante das entrevistadas, classificadas na linha de pobreza. O processo de análise das representações sociais sobre os espaços físicos, mobiliário e materiais pedagógicos permitiu desvendar as percepções dos/as profissionais de como deve ser pensados e como são percebidas

essas dimensões acerca das instituições de Educação Infantil, oferecendo informações importantes para subsidiar a melhoria dos espaços, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos numa perspectiva ergonômica. A análise das dimensões investigadas, mostra a inadequação dessas dimensões em relação ao que determina os documentos elaborados pelo MEC e se constitui como fundamental para intervir na perspectiva de melhoria do padrão de qualidade dos espaços pedagógicos das instituições de Educação Infantil, de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir na construção de um trabalho pedagógico e social significativo, que promova o desenvolvimento integral das crianças, considerando suas demandas e necessidades.

Palavras-chave: Espaços Pedagógicos; Educação Infantil; Legislação; Ergonomia.

ABSTRACT

This work is a result of the Mandatory Supervised Internship (ESO) of the Bachelor's Degree in Domestic Economy, developed in the field of research, through the Institutional Program of Scientific Initiation / CNPq / UFRPE from July 2017 to July 2018. The purpose of this study is to evaluate the physical spaces, furniture, equipment and pedagogical materials of the institutions of Early Childhood Education of the municipal network of the city of Recife / PE, based on the National Policy on Early Childhood Education (2004), Basic Infrastructure Parameters for Institution of (2006), the National Quality Parameters for Early Childhood Education (2006), the Quality Indicators for Early Childhood Education (2009), the Manual of technical guidelines - furniture and school equipment for Early Childhood Education (2017) and the Descriptive Manual for acquisition of children's furniture (2012), elaborated by MEC, based on the method of the Ergonô Analysis and its influence on the planning and constitution of pedagogical spaces. It is a quantile-based study, characterized as a case, whose method of analysis is based on the method of analysis of the built space, based on the ergonomic analysis of work - AET that aims to adapt the space to the user. For data collection, we used the structured interview, followed by a questionnaire with open and closed questions that were tabulated, categorized and analyzed using the Social Representations as a method of analysis. In order to observe and analyze the aspects related to physical spaces, furniture, equipment and pedagogical materials, from the perspective of the Ergonomic Analysis of work, a Child Education institution was selected, considering its specificity in relation to the aspects to be observed. The results show in relation to the mapping that the Education Network of the City of Recife has 79 institutions of Early Childhood Education distributed 6 Regions Administrative Policies, which serve 7,193 children, according to mapping, in the age group of 0 to 5 years. Regarding the profile of the workers of these institutions, the results show the predominance of females, with a higher concentration of the age group between 28 and 38 years and 38 to 48 years, making the population as adult and economically active. Schooling focuses on higher education in all its functions, with the exception of trainees. Wages, as a rule, are low, varying from less than 1 minimum wage for trainees and from 1 to 2 minimum wages for most of the rest of the interviewees, classified in the poverty line. The process of analyzing social representations about physical spaces, furniture and pedagogical materials allowed us to unveil the professionals' perceptions of how they should be thought and how these dimensions are perceived about the institutions of Early Childhood Education, offering important information to support the improvement of spaces, furniture, equipment and educational materials in an ergonomic perspective. The analysis of the dimensions investigated shows the inadequacy of these dimensions in relation to what determines the documents elaborated by the MEC and is fundamental to intervene in the perspective of improving the quality standard of the pedagogical spaces of the institutions of Early Childhood Education according to their conditions, defining their priorities and charting a way forward in the construction of a significant pedagogical and social work that promotes the integral development of children, considering their demands and needs.

Keyword: Pedagogical Spaces; Child education; Legislation; Ergonomics.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem objetivo de apresentar os resultados da pesquisa “A contribuição da Análise ergonômica do trabalho na elaboração de espaços pedagógicos de Instituições de Ensino Infantil. O projeto se constrói a partir de uma parceria entre as áreas de Arte, Habitação e Vestuário e de Desenvolvimento Humano, articulado aos Núcleos - Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Habitação / NIEPHA e de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas para a Infância e Adolescência / NEPIAD - do Departamento de Ciências Domésticas /UFRPE. A pesquisa se constituiu locus do Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO, do curso de Bacharelado em Economia Doméstica, desenvolvido no campo da pesquisa, por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica / CNPq / UFRPE do período de Julho de 2017 a julho de 2018.

A referida pesquisa tem objetivou observar e avaliar os espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos utilizados pelas crianças, pelos/as professores/as e demais profissionais das instituições de Educação Infantil, considerando os aspectos ergonômicos, tendo em vista compreender a funcionalidade dos documentos propostos pelo Ministério da Educação – a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação (2004); os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituição de Educação Infantil (2004); os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006); os Indicadores de Qualidade para Educação Infantil (2006), o Manual de orientações técnicas – mobiliário e equipamento escolar da Educação Infantil (2017) e o Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (2012) - que propõem medidas de melhorias no padrão de qualidade no âmbito das instituições de Educação Infantil, no que concerne aos espaços físicos, materiais pedagógicos, equipamentos e mobiliários, bem como como no que se refere a formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais. Mais, especificamente, compreender a funcionalidade destes documentos como instrumentos efetivos para a adoção das medidas de melhoria do padrão de qualidade dos espaços pedagógicos no âmbito das instituições de Educação Infantil da rede municipal de Recife-PE.

Para o MEC/ Brasil (2001, p. 640) padrões de Infraestrutura para e espaço físico destinado à Educação Infantil envolvem a investigação sistematizada de projetos e de edificações, após sua ocupação e utilização, com o objetivo de programar futuras intervenções corretivas e reformas, além de fornecer uma retroalimentação para futuros projetos, manutenção e uso das instituições de educação Infantil. A partir das análises e dos diagnósticos, é possível propor recomendações e gerar diretrizes para qualquer tipo de edificação, particularmente para

aquelas de uso coletivo e de grande complexidade, como é o caso das edificações das redes municipais destinadas à Educação Infantil.

Seguindo essa orientação, foram elencados os objetivos específicos abaixo relacionados para serem atingidos no período de 12 meses de vigência do projeto - 2017 a 2018.

- I- Mapear a rede municipal de instituições de Educação Infantil do município de Recife/PE;
- II - Caracterizar o perfil socioeconômico, demográfico, formação e experiência profissional do/a trabalhador/a das instituições de Educação Infantil da rede municipal de Recife-PE;
- III - Compreender as representações sociais que os/as gestores/as e os/as profissionais das instituições de educação Infantil têm sobre os espaços físicos, os mobiliários e os materiais pedagógicos dessas instituições, na perspectiva da legislação e da ergonomia;

Busca-se estudar a contribuição da ergonomia na organização dos espaços, dos mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos das Instituições de Educação Infantil considerando o que recomenda os documentos legais recomendados pelo MEC, os quais propõem medidas de melhorias de qualidade no âmbito dessas instituições - no que concerne aos espaços físicos, mobiliários, materiais pedagógicos, equipamentos, bem como no que se refere a formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais.

Segundo esses documentos, a infraestrutura necessária ao funcionamento desses espaços pedagógicos deve ser construída e organizada para atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego de todas as crianças, inclusive que se adeque ao uso por crianças com necessidades especiais, conforme a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000). Somando-se a isto que se considerem as formas, tamanhos, as cores e as tonalidades de paredes e mobílias escolhidas para tornar o ambiente interno e externo das instituições de Educação Infantil mais bonito, instigante, aconchegante, seguro e que atenda as demandas das crianças em seus vários aspectos ergonômicos. Nessa perspectiva que os espaços pedagógicos propiciem as interações entre as crianças e entre os adultos, instiguem, provoquem, desafie a curiosidade, a imaginação, sobretudo, a aprendizagem das crianças e às necessidades dos profissionais que nela trabalham.

Uma questão central para se refletir sobre essas condições, é investigar em que medida a criança e os profissionais das instituições de Educação Infantil como sujeito de direito tem tido seu reconhecimento legitimado, a partir da efetivação do direito à esse espaço ergonomicamente construído, considerando os princípios estéticos, de organização e funcionamento, no sentido de promover à formação da criança para o exercício progressivo da

sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais e a qualidade do trabalho dos profissionais?

O uso das variáveis encontradas como resultados desse estudo, constituirá o ponto de partida para o desenho de políticas públicas voltadas para a garantia da efetivação do direito a criança a educação de qualidade no atendimento de suas demandas em Instituições de Educação Infantil. Acredita-se que para formular políticas públicas que permitam assegurar a efetivação desse direito, faz-se necessário realizar estudos que objetivem evidenciar aspectos relacionados aos espaços físicos, aos mobiliários e aos materiais pedagógicos, a partir da perspectiva da Análise Ergonômica do trabalho, que podem afetar o processo de produção de bens (produto) e a prestação de serviços em instituições de Educação Infantil.

A compreensão desses aspectos, a partir do que propõem os documentos legais, embasado da Análise Ergonômico do trabalho, constitui alternativa importante para contribuir com a melhoria da relação de cuidados e educação da criança e da qualidade dos produtos e dos serviços consumidos por estas, o que resultará em melhores condições para promoção do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social da criança.

Ao encontro desse pressuposto, Couto (1991) ênfatisa que a ergonomia é um conjunto de ciências e tecnologias que procura a adaptação confortável e produtiva entre o ser humano e seu trabalho, basicamente procurando adaptar as condições de trabalho às características do ser humano. O efeito é consequência e não fim, obter-se a eficácia como finalidade principal. Assim, a ergonomia é entendida como o ajustamento do trabalho e do espaço e o que o constitui ao se humano.

A educação, por ser ela própria uma atividade humana, precisa de espaços e de tempos determinados para ser realizada. Assim, a educação possui uma dimensão espacial, por outro lado, o espaço juntamente com o tempo são elementos constituintes da atividade educativa. Conforme os pressupostos de Viñao Frago (2001/1995) por meio das formas de organização e de utilização de seus espaços e tempos, a escola não apenas educa intelectualmente as crianças, mas também forma seus valores e, em especial, os valores que constroem sobre si mesmas. O espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, mas em si é uma forma silenciosa de educar.

Nessa direção, o estudo se constitui como de abordagem *quantiquali*, caracterizado como de caso, conceituado e entendido como investigação aprofundada e sistemática de uma

instância, na qual se buscou apreender a realidade pesquisada dentro do contexto em que se acha situada, valorizando suas conexões com o todo.

A amostra se constitui de 12 instituições de Educação Infantil localizadas na cidade do Recife, distribuídas nas 6 Regiões Político Administrativa (RPA) do município de Recife. Em cada instituição foram selecionados/as 1 gestor/a, 1 coordenador/a pedagógica, 2 professores/as, 2 ADIs e 2 Estagiários/as, dos/as quais se caracterizou o perfil socioeconômico e demográfico e se avaliou e compreendeu as representações sociais sobre os espaços físico, o mobiliário, os equipamentos e materiais pedagógicos. Para observação e análises dos aspectos relacionados aos espaços físicos, aos mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, -se 1 instituição de Educação Infantil, considerando sua especificidade em relação aos aspectos a serem observado.

Para coleta de dados, se fez uso da entrevista estruturada, acompanhada de questionário com perguntas abertas e fechadas que foram tabuladas, categorizadas e analisadas utilizando como método de análise as Representações Sociais, que tem como figura central Serge Moscovici. Para observação e análises dos aspectos relacionados aos espaços físicos, aos mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, a partir da perspectiva da análise do espaço construído, fundamentado na análise ergonômica do trabalho – AET, utilizou-se um roteiro de observação contendo os aspectos a serem observados nos espaços pedagógicos utilizados para os cuidados e educação da criança.

A monografia se encontra estruturada quatro itens itens, abordando questões explicativas acerca da análise dos espaços físicos, mobiliário, equipamento, materiais pedagógicos, das instituições de Educação Infantil da rede municipal da cidade de Recife/PE, tendo como base a Política Nacional de Educação Infantil (2004), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituição de Educação Infantil (2006), os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), os Indicadores de Qualidade para Educação Infantil (2009), o Manual de orientações técnicas – mobiliário e equipamento escolar da Educação Infantil (2017) e o Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (2012), elaborados pelo MEC, alicerçado pelo método da análise do espaço construído, fundamentado na análise ergonômica do trabalho – AET e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança.

O primeiro capítulo trata da introdução, que integra a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos e a importância do estudo.

O segundo item apresenta questões centrais em torno dos aspectos teóricos conceituais, avanços e desafios da construção dos espaços pedagógicos constitutivos da Educação Infantil no Brasil, a partir da legitimação da criança como sujeito portador de direitos (Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança 1990) e da referida legislação existente no campo da Educação Infantil formulada nas últimas três décadas.

O terceiro item apresenta os objetivos constituídos como geral e específicos que concretizam a pesquisa.

O quarto item caracteriza os aspectos metodológicos e os demais passos empregados, detalhando-se os procedimentos metodológicos, como a abordagem e tipologia do estudo, o universo e a amostra, o instrumento de coleta e o método de análise.

O quinto item apresenta os resultados do Mapeamento das instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação Infantil do Recife-PE; a Caracterização do perfil socioeconômico, demográfico, formação e experiência profissional do/a trabalhador/a das instituições de Educação Infantil; a Compreensão das representações sociais que os/as gestores/as e os/as profissionais das instituições de educação Infantil têm sobre os espaços físicos, os mobiliários e os materiais pedagógicos dessas instituições, na perspectiva da legislação e da ergonomia e por último a análise dos espaços físicos, dos mobiliários, equipamentos e dos materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil selecionada, alicerçado pelo método da análise do espaço construído, fundamentado na Análise Ergonômica do Trabalho – AET e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança.

Na sequência, o sexto item traz as considerações finais do estudo atendendo ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. Ademais, encontram-se nele contidos os principais confrontos, consensos e contradições extraídos da análise e discussão dos resultados. Por fim, na última parte deste estudo encontram-se as referências bibliográficas e os apêndices e anexos indispensáveis.

A perspectiva é que, os resultados desse estudo, serão significativos para subsidiar o planejamento de políticas sociais voltadas para enfrentar as diferentes realidades vivenciadas pelas instituições de Educação Infantil em relação aos espaços, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, no sentido de assegurar a efetivação do direito à criança de 0 a 5 anos a uma educação de qualidade em espaços ergonomicamente adequados, que propiciem as devidas interações entre as crianças e entre os adultos, instiguem, provoquem, desafie a curiosidade, a

imaginação, sobretudo, a aprendizagem das crianças e às necessidades dos profissionais que nela trabalham.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Aspectos teóricos conceituais sobre os espaços pedagógicos na educação Infantil: avanços e desafios da sua construção

O espaço constitutivo das instituições de Educação Infantil passou a ser objeto de estudos a partir da legitimação da criança como sujeito portador de direitos (Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança 1990) e da referida legislação existente no campo da Educação Infantil formulada nas últimas três décadas. Assim, com base nessa legislação, alicerçada no método da Análise Ergonômica do Trabalho, questiona-se: em que medida os espaços das instituições de Educação Infantil estão sendo pensados e construídos considerando os aspectos ergonômicos propostos por esta legislação e pelo método da Análise Ergonômica do Trabalho.

Segundo as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 1999), o espaço físico deve estar associado às diretrizes pedagógicas da instituição, como elemento que possibilite a implantação e o aperfeiçoamento das atividades de cuidados e educação da criança.

Uma questão central para se refletir esta indagação é investigar em que medida a criança como sujeito de direito tem tido seu reconhecimento legitimado, a partir da efetivação do direito a esse espaço ergonomicamente construído, considerando os princípios estéticos no que se refere à formação da criança para o exercício progressivo da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais?

Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para educação Infantil (Brasil, 2006, 43-45) a infraestrutura necessária ao funcionamento desses espaços pedagógicos devem ser construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego de todas as crianças, inclusive que se adeque ao uso por crianças com necessidades especiais, conforme a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000). Somando-se a isto que se considerem as formas, tamanhos, as cores e as tonalidades de paredes e mobílias escolhidas para tornar o ambiente interno e externo das instituições de Educação Infantil mais bonito, instigante, aconchegante, seguro e que atenda as demandas das crianças em seus vários aspectos ergonômicos. Nessa perspectiva que os espaços

pedagógicos propiciem as interações entre as crianças e entre os adultos, instiguem, provoquem, desafie a curiosidade, a imaginação, sobretudo, a aprendizagem das crianças. e às necessidades dos profissionais que nela trabalham.

A Constituição Federal (1988) no seu artigo 227 garante que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e expressão. Com efeito esta constituição determina o direito aos cuidados e educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, bem como o dever do Estado em garantir a sua efetivação. Uma consideração que evidencia a responsabilidade com os meios e método pedagógicos voltados para o desenvolvimento infantil, tanto da sociedade quanto do Estado. Insere-se nesse campo, o uso do espaço no processo de construção social do sujeito ao transformá-lo em lugar, ou seja, em algo constitutivo de significado e representativo para si.

A partir da Constituição Federal (1988), outras leis foram formuladas voltadas para garantia das demandas e necessidades destes sujeitos, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei no. 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996) que reafirma a garantia do direito à educação infantil como primeira etapa da educação básica, destinada às crianças de 0 a 6 anos de idade em creches e pré-escolas e a Política Nacional de Educação Infantil que define como objetivos principais para educação infantil, a promoção da melhoria da qualidade do atendimento à criança em Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2005), dando destaque a construção do espaço pedagógico como fundamental para consecução desse objetivo.

Com base nesse aparato legal nos meados dos anos 2000, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com a sociedade vem construindo legislações com ênfase na melhoria do padrão de qualidade da educação infantil como estratégia para enfrentar o problema da precarização das políticas de atendimento à criança e do baixo padrão da qualidade das creches e pré-escola. Entre esses documentos, o MEC apresenta em 2004 o documento Padrões de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e Parâmetro de Qualidade para Educação Infantil (BRASIL, 2004), e em 2006 os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, (I e II) e, em 2009 o documento intitulado Indicadores da Qualidade da Educação Infantil. Estes documentos contêm referências fundamentais para a organização,

funcionamento, supervisão, controle e avaliação a serem utilizadas pelas creches, pré-escolas e centro de educação infantil.

De acordo com os mesmos, num diagnóstico preliminar constatou-se uma relativa precariedade dos espaços usados para a educação infantil. Notou-se ausência de serviços básicos como água, esgoto sanitário, saneamento básico, inadequação de revestimentos de pisos e paredes, de iluminação e ventilação, dos mobiliários na faixa etária da criança, problemas relacionados às instalações elétricas e hidráulicas e, sobretudo, a deficiência em termos de dimensionamento dos espaços instituições da rede municipal, credenciadas pelo MEC. Fatores que afetam o desenvolvimento integral da criança nas suas várias formas, inclusive à saúde da criança (BRASIL, 2006). Além destas, há ainda a suspeita de instituições em condições semelhantes que não se encontram cadastradas e prestando atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Outra problemática significativa diz respeito à construção social do espaço pela criança na Instituição de Educação Infantil, por meio do qual transforma uma estrutura de linhas retas e cimento num lugar significativo que revela suas preferências, reforçando a importância da adequação ergonômica e antropométricos às demandas da infância.

Nesse contexto, o espaço passa a ocupar uma posição dada aos instrumentos pedagógicos, como coloca Rodrigues e Bueno (2012). É enorme a contribuição que a ergonomia pode trazer aos projetos de ambientes e edificações, pondo o foco na necessidade de adequação dos espaços construídos às atividades que neles serão (são) desenvolvidas, bem como no ser humano que as desenvolverá (desenvolve), vivenciando tais espaços (Mont'alvão e Villarouco, 2011, p.8)

Essa perspectiva entendida aqui como subjetiva ganha centralidade nos debates sobre desenvolvimento infantil quando se observa que a criança passa mais tempo no espaço da Instituição da Educação Infantil do que com a família, onde é dado como condição a socialização primária da mesma. Sendo assim, depois de adequado às condições mínimas de cuidados, educação e segurança para a criança questiona-se: Em que medida esses espaços, ergonomicamente organizado tem dado possibilidades à criança de se desenvolver integrada e integralmente como garante a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a LDB (1996), Padrões de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil MEC (2004), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil (2006), os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006) e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil?.

Atendendo aos princípios ergonômicos nos termos dessa legislação, de acordo com Faria (2003) e Rodrigues e Bueno (2012) o espaço passa a se constituir pedagogicamente como parte dos procedimentos didáticos que vão garantir a qualidade dos cuidados e da educação da criança no ensino infantil, na medida em que proporciona o desenvolvimento de várias atividades lúdicas e ainda na relação da criança com o espaço físico e social o seu desenvolvimento integral.

Segundo Cerizara, (2002) a partir dos anos 2000, a Pedagogia da Educação Infantil voltou-se para o compromisso com um currículo que considera a leitura de mundo, o letramento, a diversidade cultural, de gênero, sexual e étnico-racial e a tomada de ação da criança como sujeito capaz de se construir e edificar sua própria história. Acredita-se que as crianças, desde pequenas possuem uma história da qual são protagonistas sendo também construtoras de sua cultura. Isto se faz como ressalta Rocha (1999) através das múltiplas interações sociais e das relações que estabelece com o mundo e no espaço, onde influencia e é influenciada por ele, construindo significados a partir dele. Nesse contexto, o espaço ao ser adequado ergonomicamente e antropometricamente às condições físicas, materiais e sociais da criança tem muito à contribuir à medida em que possibilita a mesma o desenvolvimento de suas habilidades físicas, motoras, intelectual, resultando em independência e autonomia.

Barbosa e Horn (2001) corroborando Rocha (1999) afirma que as aquisições físicas, sensoriais e cognitivas da criança dependem da adequação do meio físico, material e social, no qual o espaço físico devidamente adequado as necessidades e demandas da criança se constitui como fundamental. As autoras salientam ainda que o espaço pode influenciar na estruturação das funções motoras, sensoriais, simbólicas, lúdicas e relacionais. Isso porque, a construção do ambiente se faz a partir de interações que envolvem gostos, toques, sons, regras, luzes, cores, odores e na própria relação construída entre o sujeito com os objetos que o compõe.

A importância da criança conseguir criar uma identidade do espaço através de sua interação com o meio físico e social, deve ser proporcional ao seu tamanho, à sua faixa etária e ao seu desenvolvimento, dando condições de autonomia para experimentar, criar, recriar, entrar, sair, subir, descer, investigar de forma lúdica e criativa (Barbosa e Horn; 2001). Além disso, para Abramowicz e Wajskop (1999) através da adequação do espaço às demandas da criança, a mesma consegue construir uma percepção da realidade, fazer escolhas, construir formas de interação, conceitos, formas, desenvolve múltiplas habilidades na interação com o meio físico e social.

É nesse contexto que a ergonomia tem muito a contribuir com a melhoria das condições do ambiente e do espaço ao ser humano. Segundo Panero e Zelnik (2015) a antropometria na ergonomia trata do estudo físico das medidas corporais humanas e a partir deste diagnóstico, cria-se uma base importante para modelação das condições do ambiente de trabalho as necessidades e demandas dos seres humanos. As crianças, por exemplo, usuárias de instituições de Educação Infantil necessitam de cadeiras, mesas, banheiros, lavabos, camas, berços, estantes, armários, dentre outros equipamentos, móveis e utensílios adaptados ao seu biótipo tendo em vista não acarretar problemas na postura, bem como propiciar a criança o desenvolvimento de suas capacidades físicas, motoras, cognitivas e sociais de forma saudável e segura. Estas duas ciências articuladas criam condições ambientais, espaciais e de estrutura para adaptar os diversos ambientes ao ser humano, sejam crianças, jovens, adultos e idosos, planejando cadeiras, mesas, camas, tesouras, brinquedos e demais objetos, bem como banheiros, quartos, salas e outros espaços que sejam mais fáceis manusear e espaços mais seguros e confortáveis para se utilizar e que se adaptem ao corpo humano. Para Panero e Zelnik (2015) essas disciplinas têm muito a contribuir no planejamento de espaços de trabalho e de desenvolvimento humano para o atendimento da qualidade de produto e de processos produtivos e de cuidados, educação e de socialização de crianças, jovens, adultos e idosos.

Apesar da importância ressaltada por estes estudiosos que tem dado ênfase a importância aos critérios ergonômicos na construção dos espaços voltados para o atendimento dos cuidados e educação da criança e dos grandes avanços na legislação a partir dos anos 80, é consensual entre os estudiosos da área (Vieira, 1988; Hadadd, 1989; Lima, 1990; Silva, 1993; PNE, 2000; MEC, 2009; MEC, 2012; Saraiva, 2015; Lima, 2016 entre outros) que a destinação de recursos públicos com a finalidade de propiciar infraestrutura física e material adequada ao funcionamento das instituições de Educação Infantil ainda é uma questão política não resolvida. Em função disto, os governos, ao longo da história, têm empreendido iniciativas de provimento de valores de uso coletivo de cuidados e educação da criança, mas, na maioria das vezes, não correspondem aos interesses das populações beneficiárias. Ao analisar as propostas de implementação da educação infantil no País, os estudos mostram que, historicamente, são privilegiados modelos que minimizam os investimentos públicos, que se apoiam nos recursos da comunidade, nos espaços, nos materiais, equipamentos e recursos humanos não qualificados, justificando um atendimento de baixo custo e, por conseguinte, de baixo padrão de qualidade (PNE, 2000, p.45).

Segundo Saraiva (2015) e Lima (2016) a situação persiste em pleno século XXI, onde a grande maioria das instituições de Educação Infantil não conta com uma infraestrutura física e material adequada, não contam com profissionais qualificados, não desenvolvem programas educativos, não dispõem de espaços, mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados e indispensáveis ao desenvolvimento da criança.

Diante do exposto, o recorte que se faz para este estudo compõe as seguintes indagações: os documentos propostos pelo Ministério da Educação – Parâmetros de Infraestrutura para Educação Infantil (2004); Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 até 6 anos à educação (BRASIL, 2005); Parâmetros Básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2005); Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), o Manual de orientações técnicas – mobiliário e equipamento escolar da Educação Infantil (2017) e o Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (2012) - que apresentam parâmetros básicos de infraestrutura para as instituições de Educação Infantil na perspectiva de subsidiar os sistemas de ensino em adaptações, reformas e construções de espaços de Educação Infantil - estão sendo utilizados como instrumentos efetivos para constituição dos espaços das instituições de Educação Infantil, alicerçado pelo método da análise do espaço construído, fundamentado na Análise Ergonômica do Trabalho – AET e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança?

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Avaliar os espaços físicos, mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos, das instituições de Educação Infantil da rede municipal da cidade de Recife/PE - tendo como base o que propõem os documentos propostos pelo MEC - a Política Nacional de Educação Infantil, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituição de Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, os Indicadores de Qualidade para Educação Infantil, o Manual de orientações técnicas – mobiliário e equipamento escolar da Educação Infantil (2017) e o Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (2012).

3.2 Específicos

- I- Mapear as instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação Infantil do Recife-PE;
- II- Caracterizar o perfil socioeconômico, demográfico, formação e experiência profissional do/a trabalhador/a das instituições de Educação Infantil;
- III - Compreender as representações sociais que os/as gestores/as e os/as profissionais das instituições de educação Infantil têm sobre os espaços físicos, os mobiliários e os materiais pedagógicos dessas instituições, na perspectiva da legislação e da ergonomia;
- IV. Observar e analisar se os espaços físicos, os mobiliários, equipamentos e os materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil selecionada, estão sendo utilizados como instrumentos efetivos para constituição dos espaços das instituições de Educação Infantil, alicerçado pelo método da análise do espaço construído, fundamentado na Análise Ergonômica do Trabalho – AET e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança.

4. METODOLOGIA

4.1 Abordagem e Tipologia do Estudo

Tendo em vista a natureza do objeto de estudo, nesta pesquisa adotou-se a abordagem *quantitativa*, constituindo o estudo de caso a estratégia de pesquisa mais apropriada para investigação. Essa opção metodológica pode ser justificada pelo poder diferenciador e capacidade que o estudo de caso possibilita de lidar com uma ampla variedade de evidências –

documentos, artefatos, entrevistas, observações, relatos, avaliações - a respeito do objeto de estudo. Ao permitir a utilização de técnicas diversificada e o recurso a diferentes fontes de evidências essa técnica de pesquisa, propicia um retrato abrangente e detalhado do objeto em estudo (CHIZZOTTI, 1995; YIN, 2001).

Articulado ao Estudo de Caso se utilizará o Método da Análise do Espaço Construído fundamentadas na Análise Ergonômica do Trabalho – AET. Segundo Guerin et al., (2001) esta ferramenta tem como objetivo adaptar o espaço ao usuário. Para tanto, se utiliza de lavamentos de dados objetivos com o auxílio de instrumentos para a medição de espaços, mobiliários, equipamentos, temperatura e outros conforme defende a corrente ergonômica francesa. Esta corrente defende a utilização de normatizações para uso do espaço construído visando entender às demandas do desenvolvimento infantil na sua relação com o espaço físico. Vale salientar ainda que Claudia Mont’Alvão e Vilma Villarouco (2011) criaram o Método da Análise do Espaço Construído fundamentadas na Análise Ergonômica do Trabalho – AET, que se trata de uma ferramenta metodológica que busca compreender o espaço para o usuário a partir do seu olhar para adaptá-lo as suas necessidades e demandas, podendo este método ser utilizado em estudos que tratam do planejamento e uso dos espaços em Instituições de Ensino Infantil.

Assim, a construção de parâmetros de análise constitui um objetivo importante nessa pesquisa, uma vez que, a ergonomia defende a construção de um espaço de acordo com as estratégias do usuário e dos profissionais que atuam nesse espaço. Assim persiste a indagação: como medir a expectativa dos profissionais em relação ao espaço em que atuam? Segundo Wisner (1996) os diferentes usuários desse espaço têm como estratégia construir formas de adequação do trabalho/espaço ou do espaço que melhor lhes convém, adequando fatores ergonômicos.

Nessa perspectiva, compreender o espaço, o mobiliário, equipamentos, e materiais pedagógicos, a partir do ponto de vista dos/as profissionais que atuam nesse espaço e de sua observação e análise, constituiu um dos objetivos e desafios teórico-metodológico para essa pesquisa. Ademais, observar e analisar se os espaços físicos, os mobiliários, equipamentos e os materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil selecionada, estão sendo utilizados como instrumentos efetivos para constituição dos espaços das instituições de Educação Infantil, alicerçado pelo método da análise do espaço construído, fundamentado na Análise Ergonômica do Trabalho – AET e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança.

4.2 Universo e Amostra

Optou-se por trabalhar com instituições de Educação Infantil mantidas pelo poder público em função da maior vulnerabilidade social de sua clientela, das condições de precarização de funcionamento apresentadas pela literatura e da grande representatividade demográfica da população que atendem. Em 2015, em Recife, segundo dados da Prefeitura do Recife, considerando creches e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) totalizavam-se 79 unidades.

De acordo com os objetivos do estudo, a pesquisa foi realizada em creches, pré-escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, integrando gestores/as, coordenadores/as pedagógicos, professores/as, auxiliares de desenvolvimento infantil e estagiários/as da rede municipal de Recife-PE.

Quanto ao universo da pesquisa, conforme o Plano Plurianual (2014-2017) e de acordo com a relação de Creches e Pré-escolas e CMEIs da Rede Municipal da Prefeitura do Recife (Secretaria de Educação, 2016 s/p) existem hoje na rede 800 professores/as, 73 gestoras, coordenadoras pedagógicas de creches, pré-escolas e CMEIs, 680 Auxiliares de Educação Infantil (ADIs) e 800 estagiários/as, distribuídos em atividade na rede (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2015, p.1).

O Município de Recife se encontra dividido em 6 (seis) Regiões Político-Administrativas – RPA's para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas públicas e do planejamento governamental (Lei nº 16.293/97). Os Centros Municipais de Educação Infantil e as creches e as pré-escolas onde se realizou a pesquisa se encontram distribuídos nestas 6 (seis) RPA's, que atende um coletivo de 8 mil crianças.

Desse modo e levando em consideração esta distribuição, foram selecionados para a coleta de dados, 5 Centro Municipal de Educação Infantil e 7 creches, numa relação média de 1 unidade por RPA, contemplando em seus respectivos quadros de pessoal, 1 gestor, 1 coordenador pedagógico, 2 professores, 2 2 auxiliares de desenvolvimento infantil e 2 estagiários/as, diretamente envolvidos com as atividades de cuidados e educação da criança nos espaços de educação infantil, totalizando 12 equipamentos coletivos de atendimento à criança de 0 a 5 anos, os quais empregam trabalhadores/as, distribuídos/as nas três categorias selecionadas: 8 gestores/as; 09 coordenadores/as pedagógicos/as; 24 professores/as; 21 auxiliares de educação infantil e 24 estagiários, totalizando 86 profissionais que participaram da pesquisa, dos/as quais se caracterizou o perfil sócio econômico, demográfico, formação e experiência profissional e as representações sociais, ou seja, suas visões, concepções em relação

aos espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos, o que pensam e como percebem nas instituições de Educação Infantil.

Das 12 instituições, selecionou-se 1 para observação e análises dos espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos. A escolha se deu em função das condições de precarização da infraestrutura e de funcionamento desta instituição identificada no processo de pesquisa ser mais significativa que as demais.

4.3 Instrumento de coleta de dados

Utilizou-se a técnica de entrevista, através da aplicação de questionário composto de questões abertas e fechadas versando sobre aspectos específicos a serem investigados. A aplicação dos questionários, conforme cada situação específica - aspectos socioeconômicos, demográficos, formação, experiência profissional e concepção acerca dos espaços pedagógicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos - aconteceu in loco, individualmente, pela estudante voluntária, em ambiente destinado a este fim.

Buscou-se também os dados secundários acerca do fenômeno estudado, tendo em vista as análises qualitativas e quantitativas que se realizou, considerando em especial trabalhos publicado em periódicos científicos da área, dissertações e teses de doutorado, os indicadores sociais do IBGE, documentos do Ministério de Educação que tratam do fenômeno e outras bases de dados.

Os dados identificados foram analisados considerando em especial os diferentes estudos de casos desenvolvidos no Brasil e em outros países do mundo, dando especial atenção aos aspectos relacionados por estes estudos como essenciais para a compreensão mais macro espaços físicos, mobiliários, equipamentos, materiais diáticos, organização e funcionamento das Instituições de Educação Infantil. Buscou-se mostrar como os aspectos investigados podem afetar o processo de produção de bens (produtos) e a prestação de serviços a criança de 0 a 5 anos usuárias dessas instituições e por isso precisam ser considerados para a formulação de políticas sociais mais adequadas a concepção de cuidados e educação da criança defendida nos documentos legais propostos pelo MEC.

Para observação dos espaços físicos, dos mobiliários, equipamentos e dos materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil selecionada, utilizou-se o método da observação direta, a partir de um roteiro de observação contendo os aspectos relacionados pelos documento legais e pelos estudos da área como essenciais para a compreensão mais macro dos

espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos das instituições de Educação Infantil.

O roteiro de observação utilizado na pesquisa seguiu o modelo do roteiro elaborado por Souza (2009) no estudo realizado em três Unidades municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte MG.

4.4 Método de Análise

Priorizaram-se como método de análise as representações sociais, teoria que tem como representante central Serge Moscovici. As representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, permitindo encontrar elementos do discurso social trazido pelos sujeitos sociais para melhor compreensão dos fenômenos sociais (Moscovici, 2001, p.123).

Essa perspectiva, orientou o processo de análise das representações dos(as) dos/as gestores/as, coordenadores/as, professores/as, ADIs e estagiários/as das instituições de educação Infantil, mais especificamente o processo de apreensão das concepções, visões, valores e experiências individuais dos sujeitos sobre como devem ser pensados e como percebem os espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos das instituições onde atuam, permitindo desvendar as ideias de como os/as gestores/as e os profissionais(as) elaboram suas representações sobre essas dimensões ou condições essenciais a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de Educação Infantil e o atendimento das demandas das crianças na da legislação e da ergonomia.

Para Spink (1995, p.118) tem-se nas representações sociais uma forma de conhecimento prático, que se inserem mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum, considerado como saber popular, mitos, crenças, costumes, ideias, valores, visões que são socialmente compartilhados. O indivíduo, nesta perspectiva, é sempre o sujeito social e, conseqüentemente, um símbolo vivo do grupo que representa, tornando-se uma expressão da realidade social.

Para análise dos espaços físicos, os mobiliários, equipamentos e os materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil selecionada, utilizou-se o método da análise do espaço construído, fundamentado na Análise Ergonômica do Trabalho – AET e sua influência no planejamento e constituição dos espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Mapeamento das Instituições de Educação Infantil onde se realizou a pesquisa

Segundo a Lei nº 16.293/97, Art. 1º, o Município do Recife é dividido em 06 (seis) Regiões Político-Administrativas – RPA's, para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento e avaliação governamental. Conforme § 2º - As Ruas são subdivididas em microrregiões, visando à definição das intervenções municipais a nível local e articulação com a população.

Considerando essa divisão, conforme mostra o mapeamento das instituições de Educação Infantil da rede municipal de Recife-PE, a pesquisa foi realizada em 13 instituições, localizadas nas respectivas RPAs, conforme mostra o Quadro 1.

QUADRO 1 – Mapeamento das Instituições de Educação Infantil - Recife, 2017.

R.P.A	Nº Instituição	Nº de Crianças	Faixa Etária	Nº de Profissionais
01	07	661	0-5	233
02	07	487	0-5	124
03	14	1,128	0-5	363
04	21	1.960	0-5	554
05	13	1.331	0-5	376
06	17	1.625	0-5	523
TOTAL	79	7.192	0-5	2.173

5.2 Perfis Socioeconômico e demográfico dos sujeitos da pesquisa

TABELA 1 – Caracterização do perfil sócio econômico e demográfico das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, da Rede de Educação Infantil do Recife – Recife, 2017.

Dados Sócio- Econômico e Demográficos	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sexo										
Feminino	08	100,00	09	100	24	100	20	95,24	24	100
Masculino	-	-	-	-	-	-	01	4,76	-	-
TOTAL	08	100,00	09	100	24	100	21	100	24	100
Faixa Etária										
18 a 28 anos	-	-	-	-	-	-	02	9,52	19	79,16
28 a 38 anos	01	12,50	02	22,22	08	33,33	11	52,38	03	12,50
38 a 48 anos	04	50,00	03	33,33	09	37,50	05	23,81	01	4,17
48 a 58 anos	02	25,00	03	33,33	06	25,00	02	9,52	01	4,17
58 a 68 anos	-	-	01	11,11	01	4,17	01	4,77	-	-
68 a 78 anos	01	12,50	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	08	100,00	09	100,00	24	100,00	21	100,00	24	100,00
Escolaridade										
Ensino Médio Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	05	20,83
Ensino Médio Completo	-	-	-	-	-	-	05	23,80	17	70,83
Magistério	01	12,50	-	-	-	-	-	-	01	4,17
Ensino Superior Completo	07	7,50	09	100,00	24	100,00	16	76,20	01	4,17
Especialista	-	-	02	22,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL	08	100,00	11	100,00	24	100,00	21	100,00	24	100,00
Vínculo empregatício										
Concursado Seleção	08	100,00	09	100,00	23	95,83	21	100,00	-	-
Simplificada	-	-	-	-	01	4,17	-	-	-	-
Bolsista	-	-	-	-	-	-	-	-	24	100,00
TOTAL	08	100,00	09	100,00	24	100,00	21	100,00	24	100,00
Faixa salarial										
-1salário Mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	24	100,00
01 a 02 Salários Mínimos	-	-	01	11,11	08	33,34	21	100,00	-	-
03 a 04 Salários Mínimos	04	50,00	02	22,22	13	54,16	-	-	-	-
05 a 06 Salários Mínimos	01	12,50	06	66,67	03	12,50	-	-	-	-
	03	37,50								
TOTAL	08	100,00	09	100,00	24	100,00	21	100,00	24	100,00

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

5.2.1 Em relação ao Sexo

Os resultados apresentados na tabela 1 mostram a predominância do sexo feminino em todas as funções pesquisadas. Dos/as 62 funcionários/as e das 24 estagiárias das instituições de Educação Infantil entrevistados/as, apenas 1.16% (1) é homem e atua no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, sendo, portanto, evidente a reduzida participação do indivíduo masculino neste tipo de atividade.

Apesar do processo de evolução das discussões teóricoas, conceituais, que fundamentam as questões de gênero, ou seja, a construção social dos sexos e do papel da mulher no mercado de trabalho, o que se verifica neste estudo, quando se analisa o perfil dos profissionais das Instituições de Educação Infantil em relação ao sexo é que as tarefas de cuidados e de educação da criança na Educação Infantil, continuam sendo atribuições maioritariamente desenvolvida por mulheres.

A predominância da mão de obra feminina no quadro de pessoal das instituições de Educação Infantil onde se realizou esse estudo parece demonstrar que os cuidados com a criança ainda é atribuição exclusiva da mulher, a quem, por ser mulher, é atribuída competência natural e necessária para trabalhar naquelas instituições. Estes achados concordam com os dados encontrados por LIMA (1990, p.90) por Saraiva (1999, p. 40) na cidade e Região Metropolitana de Recife - PE quando identificam essa mesma realidade à época dos seus estudos, a 27 e 18 anos respectivamente. As autoras chamam a atenção para o papel da creche como instituição que vem substituir a ausência da mãe, garantindo apenas os cuidados de higiene, alimentação e saúde à criança.

Almeida (2000) concebe essa questão relativa ao número significativo de profissionais do sexo feminino nas instituições de Educação Infantil, relacionando com a escolha profissional das mulheres pelo magistério. Segundo esse autor, o magistério é mostrado como uma profissão essencialmente feminina. O autor resalta ainda que o cenário da preponderância de profissionais do sexo feminino nas instituições de educação Infantil, está longe de mostrar sinais de reversibilidade, uma vez que, apesar das conquistas que foram efetivadas no terreno da sexualidade, da maternidade como opção, do direito à educação, a participação política e do acesso da mulher ao mercado do trabalho, ainda convivem com mecanismos discriminatórios que dão origem à desigualdades de gênero na sociedade, particularizando o mundo do trabalho (ALMEIDA, 1998)

Coorroborando essa perspectiva, estudo recente desenvolvido Lima (2016, p.89) ao traçar o perfil sócioeconômico, demográfico e cultural dos profissionais das instituições de Educação Infantil da rede municipal de Recife-PE – entre gestoras, coordenadoras pedagógicas, professoras e auxiliares de desenvolvimento infantil, evidenciou que a grande maioria é do sexo feminino. Para Lima (2016, p. 88), os dados encontrados no seu estudo, são reveladores de que as configurações das identidades masculina e feminina são social e culturalmente produzidas e naturalizadas e determinam em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho da sociedade contemporânea, principalmente em se tratando de atividades oriundas do doméstico, desenvolvidas pela mulher, como cuidar de criança. Lima ressalta ainda que se as questões de gênero não forem desmistificadas, a imagem básica da mulher mãe, dona de casa, cuidadora, vai estar sempre presente, projetando sua sombra sobre a mulher trabalhadora, reforçando seu papel como cuidadora nas instituições de Educação infantil.

5.2.2 Em relação ao Nível de Escolaridade

Quanto à escolaridade, observa-se que a maioria dos/as profissionais das instituições de Educação Infantil se encontram no nível de 3º grau, com percentagem de 87,5% para as Gestoras, 100% para as Coordenadoras Pedagógicas, 100% para a categoria das Professoras e 76,2% para as ADIs. Além desses profissionais, integra-se ao quadro, estudantes, com segundo grau, na sua maioria incompleto, contratados/as como estagiários/as, por tempo determinado - contrato de 01 ano, renovável por mais 12 meses.

Verifica-se que as categorias de Coordenadores Pedagógicos e Professores das instituições de Educação Infantil, 100% possuem nível superior com formação em pedagogia, área correlata a função. Esse dado atende as exigências do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 que estabelece que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam).

Nesse contexto, a categoria professora, particularmente, está bem representada, uma vez que possui formação superior em pedagogia, área correlata a Educação Infantil, atendendo dessa forma as exigências PNE 2014-2024. Contraditoriamente, constata-se que as ADIs apesar de 76,2% possuir curso superior, essa formação não tem relação com a área de conhecimento em que atuam. A totalidade dos profissionais dessa categoria possui formação em diferentes áreas – Economia; Medicina Veterinária; Nutrição; Economia Doméstica; História, biologia, administrador de empresas, dentre outras.

Conforme a lei 17.161/2005 criada pela Prefeitura da Cidade de Recife, em 28 de dezembro de 2005, as ADIs devem cumprir 40 horas semanais e as seguintes atribuições: auxiliar o planejamento junto com o professor das atividades pedagógicas próprias para cada grupo infantil; auxiliar o professor no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças; auxiliar o professor no processo ensino-aprendizagem, na execução das atividades pedagógicas, recreativas e de cuidados diárias. Nas atividades diárias, cuidar da higiene, alimentação, repouso, estimulação e bem estar das crianças; auxiliar o professor na construção de atitudes e valores e significativos; planejar junto com o professor as atividades pedagógicas para cada grupo infantil; auxiliar o professor no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças; auxiliar o professor na construção de material didático, bem como na organização e manutenção deste material; responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e creche; Acompanhar as crianças, junto aos professores e demais funcionários em aulas-passeio programadas pela creche; participar de capacitações de formação continuada; Auxiliar, quando necessário, na limpeza geral do prédio escolar e na preparação da merenda dos alunos; executar outras tarefas compatíveis com o cargo, sempre que determinado pelas chefias e qualquer tarefa a que for solicitado.

Ponderando essas atribuições, é preocupante a falta de formação das Adis na área em que atua, assim como, o percentual significativo dessas profissionais sem nível superior (23,80%). Os dados evidenciados neste estudo contrariam não apenas a lei (17.161/2005) criada pela Prefeitura da Cidade de Recife que regulamenta o cargo de ADI, mas, a própria lei maior da educação nacional (LDB, 1996) que estabelece à formação mínima para atuar com crianças na educação infantil - formação em “nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (LDB, art. 62). Nesses termos, com base nas formações de nível superior apresentadas neste estudo, pode-se indagar, o que uma ADI com nível superior em Veterinária ou até mesmo em Administração de Empresas pode contribuir no processo cuidados e educação de crianças de 0 a 5 anos?

Evidenciam-se, portanto, neste estudo ambiguidades e contradições no que concerne ao nível de escolaridades das Auxiliares de Educação Infantil. Essas ambiguidades e contradições podem ser entendidas com base no que afirma Kramer (2005) em relação à divisão do trabalho. A autora ressalta que existe uma clara divisão entre o trabalho das professoras e das ADIs, em que as primeiras não assumem as tarefas de “cuidado”, sentindo-se responsáveis apenas pelo chamado “trabalho pedagógico”. Contudo, o que se verifica no cotidiano das instituições de

Educação Infantil é que ambas as categorias profissionais estão envolvidas diretamente com os cuidados e educação das crianças, sem distinção de função. Isto significa dizer que a ADI além das atividades de cuidado essenciais, também desenvolve atividades pedagógicas, no entanto, não é valorizada por isto.

Em relação à educação continuada, apenas duas Coordenadoras possuem Pós-graduação na modalidade *Lato Sensu* em área correlata ao cargo que ocupam na Educação infantil – psicopedagogia.

Segundo Lacerda (2016, s/p) secretária da Educação Básica do MEC:

a educação infantil saiu da assistência social e foi para a área educacional. Antes, não se exigia formação em magistério para atuar em creches, porque o profissional só tinha que cuidar das crianças, “ agora, tem que cuidar e educar”, explica a secretária de educação básica. Para tanto, o Ministério da Educação investe na qualificação dos docentes em nível superior por meio do Plano Nacional de Formação de Professores. A intenção é beneficiar todos os educadores em exercício na rede pública de ensino (BRASIL, 2016 S/P).

Gurgel (2012, p.35) no seu estudo sobre políticas de financiamento da carreira e da remuneração dos professores da educação básica de sistemas públicos de ensino, tece na sua análise importantes considerações sobre as contradições e ambiguidades que se evidenciam nos encaminhamentos do Ministério da Educação acerca do investimento na formação docente. Para o autor, a Educação Básica - da qual a Educação Infantil constitui a primeira etapa - tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, conforme determina a LDB (Brasil, 1996), no entanto isto não acontece na sua forma, o como se propõe nos termos da lei.

Nesse sentido, para Gurgel os programas oficiais de formação para professores da Educação Básica, incluindo aqueles da Educação Infantil, deveriam considerar a finalidade dessa etapa da educação, tendo em vista manter a unidade do nível de educação e resguardar o perfil e a identidade do professor. Sendo, portanto, fundamental o investimento na formação do profissional para atuar na Educação Básica.

Contudo, o autor salienta que devido à fragmentação da Educação Básica em Ensino Médio e Ensino Fundamental, subdividindo este último em primeiro ciclo ou fase inicial (1ª a 4ª série) e segundo ciclo ou fase final (5ª a 8ª série), as outras modalidades ficaram totalmente excluídas das prioridades dos programas de governo - educação infantil, educação especial, educação de jovens e adultos. Para esse autor a política oficial de formação, implementada pelo Ministério da Educação, não responde a demanda de formação profissional. A sua lógica

fragmentada, responde na formulação e nos encaminhamentos de seus programas a mesma lógica fragmentada com que trata a educação básica.

Os dados em relação aos salários auferidos pelas ADIs nesse estudo também refletem a condição precária de vida em que estão submedidas, uma vez que a maioria relatou viver na condição de pobreza, conforme mostram os depoimentos abaixo:

[...] gosto da função que exerço, mas é muito cansativa e mal remunerada. A gente ganha um salário de miséria (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil);

[...] gosto de ser educadora infantil e trabalhar com as crianças, mas o salário não compensa, é revoltante quando chega no final do mês (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil);

[...] trabalhamos até mais do que os professores e não há nenhum reconhecimento, a gente não é valorizada, ninguém nos reconhece (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil).

Segundo elas, a baixa remuneração leva a desmotivação para o trabalho, sobremodo, a insatisfação pessoal e não realização profissional. A desvalorização dos profissionais da Educação Infantil contribui para baixa autoestima.

Os/as professores/as também revelaram se sentirem insatisfeitos/as com os salários auferidos, uma vez que têm tarefas múltiplas, trabalham com turmas com muitas crianças e o ganho financeiro não corresponde ao esforço, do trabalho realizado. De fato, um dos maiores problemas da educação no Brasil é a existência de professores desmotivados e mal pagos, a questão salarial é uma das causas principais.

Conforme pesquisa realizada por Bertonceli Mariane (2016) sobre a valorização ou precarização do trabalho do professor de educação infantil realizada no município de Salto do Lontra/Paraná. A autora analisa o trabalho do professor na conjuntura atual e considera, a categoria trabalho como elemento central e subcategorias relacionadas às condições do trabalho docente na Educação Infantil. Evidencie que às condições salariais dos professores são precárias nesse município, uma vez que apesar do piso estar sendo pago às professoras em início de carreira, mesmo as docentes com mais tempo de serviço prestado, não ganham um valor digno na educação infantil. Nessa condição confirmou que a média de salário das professoras varia conforme tempo de serviço e nesses termos apresenta um quadro que mostra a variação dos salários, que vai de R\$ 800,00 a R\$ 2.200,00, sendo que a maioria ganha de 1 a 1.1/2 salários mínimos e apenas dois professores chegam a R\$ 2.200,00.

Em Recife, segundo o SINE (2018 s/p) em anúncio de vaga para professor da Educação Infantil, estagiário ou formado na área de pedagogia para ano letivo de 2018, a média salarial é de 1.800,00. Esse valor contraria o piso nacional para o magistério no valor de R\$ 2.455,35 em 28 de dezembro de 2017 segundo Portaria do MEC (nº 1595).

5.2.4 Em relação ao vínculo empregatício

Das categorias profissionais contempladas nesse estudo, 02 gestores são cargos de confiança indicados pelo prefeito, as demais (06) são concursadas. As coordenadoras e ADIs na sua totalidade são também concursadas. Entretanto, a categoria dos chamados “estagiários”, que constitui o maior quantitativo de trabalhadores não possui vínculo empregatício, apenas um contrato de 12 meses, podendo ser renovado por igual período. Vale ressaltar que essa categoria é composta de estudantes do Ensino Médio, cujo um percentual significativo se encontram no Ensino Médio Incompleto.

Segundo a Lei n. 11.788/2008 que revogou a lei anterior, Lei n. 6.494/1977, o estágio tem por finalidade complementar a formação do estudante por meio de atividades práticas. Através do estágio o estudante tem a possibilidade de concretizar os ensinamentos teóricos recebidos na instituição de ensino, preparando-se para o ingresso no mercado de trabalho. No caso dos estagiários das instituições de Educação Infantil onde se realizou a pesquisa, que ensinamentos teóricos vão concretizar para o ingresso no mercado de trabalho? Os estagiários são estudantes do Ensino Médio, muitos ainda concluindo. Que relação existe entre os conteúdos trabalhados no Ensino Médio e os ensinamentos para atuar na Educação Infantil? Segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB 35/2003, 05/11/2003. P.3) o estágio é legítimo para os estudantes regularmente matriculados em cursos estruturados no ensino público ou particular, nos níveis superior ou profissionalizante de segundo grau. Nesses termos, as experiências práticas deverão estar alinhada à formação que se encontra cursando. Com esse fim, o estudante se encontra em condições de estagiar.

5.2.5 Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de instituições de Educação Infantil e estagiários, sobre os espaços físicos, mobiliário e acerca dos materiais pedagógicos .

Segundo o documento “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” elaborado pelo Ministério da Educação, Brasil (2009, p. 50) os espaços físicos da instituição de Educação Infantil compreendendo os espaços internos e externos, os mobiliários, os materiais pedagógicos, brinquedos, os aspectos de segurança e higiene, devem refletir uma concepção de

educação e cuidado que respeite as necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo e criativo. Além das necessidades das crianças deve refletir as condições necessárias adequadas ao trabalho dos adultos.

Nessa perspectiva, a Tabela 2 tem como objetivo apresentar as representações sociais que as gestoras, as coordenadoras pedagógicas, as professoras, as auxiliares de desenvolvimento Infantil e os estagiários possuem sobre o ambiente físico, os espaços internos e externos, os mobiliários, os materiais pedagógicos, brinquedos, os aspectos de segurança e higiene. Mais especificamente, entender qual a visão que estas profissionais possuem sobre a importância desses ambientes para o desenvolvimento de atividades diversificadas, tendo em vista promover o desenvolvimento integral da criança, alicerçada no método da Análise Ergonômica do Trabalho.

5.3 Espaços Físicos

TABELA 2 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como devem ser pensados os espaços físicos – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI	Estagiário (a)		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como devem ser pensados os espaços físicos?										
- Com conforto(sala climatizadas, Cadeiras alcochoadas);	01	9,09	-	-	04	13,79	05	17,24	03	6,67
-Ser amplo(grande, ideal para o desenvolvimento;	06	54,54	08	57,14	16	55,17	12	41,38	16	35,56
-Espaços bem divididos que promovam o desenvolvimento das atividades com as crianças;	01	9,09	03	21,42	01	3,45	02	6,90	15	33,33
-Que promova segurança para crianças e profissionais(pisos adequados;brinquedos com manutenção; extintor);	03	27,28	02	14,30	05	17,24	06	20,69	02	4,44
-Espaços iluminados e Ventilados;	-	-	01	7,14	01	3,45	04	13,79	04	8,89
-Acessibilidade(rampas, banheiros adaptados, portas largas, piso antiderapante);	-	-	-	-	02	6,90	-	-	-	-
-Não sabe responder	-	-	-	-	-	-	-	-	05	11,11
TOTAL	11	100,00	14	100,00	29	100,00	29	100,00	45	100,00

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

5.3.1 Como deve ser pensado o espaço físico?

As representações sociais, ou seja, as interpretações, significados, concepções, valores, opiniões e ideias dos sujeitos sociais entrevistados sobre como deve ser pensado o espaço físico das instituições de Educação Infantil, apresentados Tabela 2, mostram que a maioria das entrevistadas, de todas as categorias profissionais - Gestora (75%); Coordenadora (88,89%); Professora (66,67%); ADIs (57,14); Estagiários (66,67%) - entende que esse espaço deve *‘Ser amplo (grande, ideal para o desenvolvimento das atividades com as crianças)*. Em segundo plano vem a visão que o espaço seja *“bem dividido para promover o desenvolvimento das atividades com as crianças”*, principalmente sob a concepção de 66,67% dos/as estagiários e de 33,33% das coordenadoras. Ademais, para 16,67% das professoras e 19,04% das ADIs, o espaço deve *“promover a segurança para crianças e profissionais (pisos adequados; brinquedos com manutenção; extintor)*. Sem desconsiderar 5 (20,83%), particularmente, os/as estagiários/as que afirmaram não saber responder, segue-se ainda a visão daquelas que entendem que os espaços devem ser pensados considerando *a iluminação e a ventilação e ainda a acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, portas largas e pisos antiderrapante)*, em maior percentual as ADIs e os estagiários 19,4% e 16,67% respectivamente.

A percepção dos/as entrevistados/as, acerca de como devem ser pensados os espaços físicos das instituições de Educação Infantil oferece informações importantes para subsidiar a melhoria desses espaços.

O que se percebe é que cada sujeito manifesta sua percepção sobre como o espaço físico deve ser pensados nas instituições de Educação Infantil considerando suas necessidades, demandas e expectativas como educadoras e gestoras nessas instituições. Em outras palavras, cada um/a apresenta suas ideias a partir da falta, da deficiência dos espaços, manifestando demandas específicas e não como esse espaço deve ser pensado, compreendido, fundamentado teoricamente.

Eu acho que as salas deveriam ser climatizadas porque o calor é muito grande, as crianças ficam inquietas, suadas, é muito calor e não tem nem um ventilador (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil);

[...] os espaços deveriam ser amplos, grandes para a gente poder desenvolver as atividades com as crianças sem apertos, dificuldades. Quando estão todas na sala e elas começam a se movimentar, o espaço fica pequeno (Professora);

[...] seria bom se os espaços fosse bem divididos, um lugar para cada atividade, mas, não é, você acaba fazendo tudo num lugar só, as crianças ficam muito agitadas (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil);

Eu penso que os espaços deveria promover segurança para as crianças e profissionais. Os pisos deveriam ser bonitos e dequados, os brinquedos deveriam ser sempre novos e bem cuidados (Gestora);

[...] Espaços iluminados, ventilados, espaçosos ajudaria muito no desenvolvimento das atividades (Professora).

As representações sociais dos/as entrevistados/as são reveladoras da necessidade de superar a situação de precarização dos serviços prestados as crianças nas unidades de educação Infantil de modo a ampliar as oportunidades do alcance dos objetivos do trabalho com as crianças. Os/as profissionais investigados/as analisaram com propriedade os problemas dos espaços físicos das instituições, destacando aspectos a serem melhorados como ventilação, iluminação, revestimentos de piso, dimensão, entre outros.

Constata-se que as concepções, visões que os/as profissionais têm sobre o espaço físico das instituições de Educação Infantil estão intimamente relacionadas as dificuldades e carências enfrentadas no dia a dia do trabalho com as crianças. De acordo com Horn (2004, p. 28) o espaço físico no contexto da Educação Infantil torna-se um elemento indispensável a ser observado e compreendido tendo em vista o sucesso para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Nesse sentido, a organização deste espaço deve ser pensado tendo como princípio oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, isto é, um lugar onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se assim estimuladas e independentes.

Em nenhum momento das respostas os/as entrevistados/as revelam ter uma visão do todo do espaço físico, considerando ou percebendo outras dimensões desse espaço no seu conjunto, de forma integrada, cada um apresenta uma parte do espaço, exprimindo uma visão fragmentada do conhecimento sobre o fenômeno, diferentemente de uma visão sistêmica, que considera o conjunto, o todo, as conexões e interdependencia. As representações sociais não revelam uma concepção de educação e cuidado que respeitam as necessidades de desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e criativo e além das necessidades das crianças, as necessárias adequadas ao trabalho dos adultos.

Para Gerhard e Rocha Filho (2012, p.127) o modo fragmentado que os professores tem de perceber o conhecimento é resultado natural dos métodos de ensino utilizado na escola. Segundo Morin e Le Moigne (2000, p. 90) o enfrentamento desta realidade complexa pode exigir modificações no sistema educacional, uma vez que a incapacidade de reconhecer, tratar e pensar a complexidade é resultado do nosso sistema educativo por não proporcionar oportunidades que possibilitem a formação de um pensamento não fragmentado e crítico.

Considerando essa perspectiva, verifica-se que os entrevistados/as deixam de lado outros aspectos, elementos, dimensões desse espaço, refletindo uma concepção de educação e de cuidado que não leva em conta as necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo. De acordo com Horn (2004, p. 28) diferentes ambientes constituem o espaço no contexto da Educação Infantil, formando um todo que vai atender as demandas da criança. Nessa dimensão, espaço e ambiente se conjugam, relações entre objetos e pessoas se estabelecem e se transformam a partir da vivência ativa criança-criança, adulta-criança, pessoas e objetos, no trabalho individual ou coletivo, os sujeitos usuários do espaço são verdadeiros protagonistas da sua aprendizagem.

Segundo o documento Indicador da qualidade na Educação Infantil Brasil (2009, p.50) o espaço nessas instituições não pode deixar de conferir múltiplas necessidades das crianças e dos adultos que com elas trabalham. Nesse sentido, elementos como o mobiliário, materiais, brinquedos, aspecto de segurança e higiene, espaços externos e internos limpos bem iluminados e arejados, com jardim e áreas para brincadeiras, jogos, onde as crianças possam correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades não podem prescindir. São partes de um todo que se encontram integrados e inter-relacionados no sentido de propiciar a criança o seu desenvolvimento integral.

O documento Indicadores da qualidade na Educação Infantil Brasil (2009, p.50) ressalta ainda que os espaços dessas instituições precisam ser adequadas para que os bebês e as crianças possam se mover, brincar no chão, engatinhar, ensaiar os primeiros passos e explorar o ambiente. Brinquedos adequados à sua idade devem estar ao seu alcance sempre que estão acordados. Necessitam também contar com estímulos visuais de cores e formas variadas, renovados periodicamente.

5.4 Percepção espacial da Instituição

TABELA 3 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como percebem o espaço da sua instituição – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Coord. Pedagógico									
	Gestor (a)		(a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como você percebe o espaço da sua instituição?										
Espaços pequenos, não comportam a quantidade de crianças atendidas (sala, banheiros, área externa);	06	54,54	07	58,33	09	36,00	08	38,10	10	47,62
Falta sala para profissionais se reunirem (fazer planejamento, reuniões);	01	9,09	02	16,67	10	40,00	05	23,81	04	19,05
Os espaços são quentes (sem ventilação, escuros);	03	27,27	02	16,67	04	16,00	06	28,57	04	19,05
Tem terreno, mas não foi aproveitado devidamente;	01	9,09	01	8,33	02	8,00	02	9,52	01	4,76
Não soube responder	-	-	-	-	-	-	-	-	02	9,52
TOTAL	11	100,00	12	100,00	25	100,00	21	100,00	21	100,00

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

5.4.1 Como você percebe o espaço da sua instituição?

As representações sociais dos/as profissionais das instituições de Educação Infantil - concepções, visões e opiniões - sobre como percebem o espaço da sua instituição, corresponde a percepção que eles tem da condição do espaço onde atuam como gestores, profissionais e estagiários.

Considerando esse contexto, a quase totalidade das gestoras e das coordenadoras, bem como um percentual significativo das professoras (37,50%), das ADIs (38,09%) e das Estagiários (41,67%) afirmam o que responderam na primeira pergunta - *Os espaços são pequenos e não comportam a quantidade de crianças*. Outro aspecto que chama atenção nas respostas tanto na primeira quanto na segunda pergunta diz respeito a ventilação, para um

percentual significativo “os espaços são quentes (sem ventilação e escuros). Sem desconsiderar as respostas que enfatizam que o terreno das instituições deveriam ter sido melhor aproveitado. Conforme mostram os depoimentos abaixo relacionados.

Os espaços são pequenos para a quantidade de crianças atendidas. As crianças não podem nem se movimentar na sala, além disso não tem janelas, aí fica um calor muito grande porque não tem por onde entrar vento (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil); Os espaços na instituição é muito ruim, não ajuda em nada, são estreitos, pequeno, não comporta as crinaças de forma adequada. Falta sala para os professores se eunir, preparar as atividades, fazer planejamento. Na construção deveria ter aproveitado melhor o terreno (Professora);

O que incomoda mais é o calor, porque o espaço é muito fechado, não entre vento e não tem ventilador, as crianças ficam muito agitada (Professora);

[...] os espaços são tão precários que não há sequer uma área externa, onde as crianças possamo brincar (Professora);

[...] não sei em outras creches, mas aqui as crianças não tem nem direito nem a um banho de sol porque não tem espaço, às vezes as levamos as crianças maiores para a pracinha que fica aqui perto, já os menorzinhos não tem como (Professora).

Tomando-se por base o conteúdo das respostas e não se ignorando os diversos aspectos apresentados como emergentes e importantes, verifica-se que a compreensão acerca de como percebem os espaços na instituição onde atuam, assim como nas respostas da primeira pergunta, são destituídas de uma visão que integre todos os elementos que constituem o espaço físico, ou seja, os/as entrevistados/as compreendem partes desse espaço, de forma desintegrada e não o todo, dissociando a finalidade que possui os espaços físicos das instituições de Educação Infantil e o seu objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças,

A compreensão que se tem desse espaço físico e que as entrevistadas não apresentam em suas representações sociais, é esse espaço sendo compreendido, sobretudo, como um espaço que deve despertar na criança, acolhimento, alegria, bem-estar e segurança. Ademais, considerar aspectos como: a entrada é o cartão de visita e deve funcionar como um convite às crianças chegar e querer ficar; paredes e pisos (não escorregadios) de cores claras ou neutras; verde, gramas, flores e plantas naturais; janelas baixas e protegidas que possibilitem as crianças ver o lado de fora da instituição com segurança; objetos, brinquedos e jogos que devem atrair para si a atenção das crianças; sala de atividades amplas, iluminadas, ventiladas, com mobiliários e equipamentos ergonomicamente planejados de acordo com a faixa etária da criança, em bom estado de conservação; áreas ao ar livre para recreação; sala de refeições; lactário para preparação da alimentação das crianças do berçário; áreas administrativas que

integrem espaços para o desenvolvimento das atividades administrativas, indispensáveis ao funcionamento da instituição – almoxarifado, gabinete de direção, sala para educadores e banheiros sociais; áreas de serviços – copa, cozinha, lavanderia ergonomicamente planejados para atividades operacionais complementares.

Para Carvalho e Rubiato (2012, p.84) o espaço físico deve propiciar condições para que o desenvolvimento da criança se dê de forma integral, completo e que não haja interrupção desse processo em função de falta de planejamento, organização e adequação dos espaços internos e externos das instituições. Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil/ MEC, 2006, p.16) são enfáticos em salientar que se torna essencial à elaboração de estudos de viabilidade e planejamento que incluem desde o projeto arquitetônico, a escolha dos materiais e até mesmo de acabamentos, para garantir a qualidade do espaço físico e ao mesmo tempo estabelecer o perfil da creche ou da pré-escola a ser construída.

Dando uma nova significação para os espaços escolares Galardini e Giovannini (2002, p.118) afirmam que estes espaços são grandes parceiros no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos:

[...] a qualidade e a organização desse espaço dentro do cenário educacional devem contribuir para estimular a investigação, incentivar o desenvolvimento das capacidades da criança, ajudar a manter a concentração, fazê-la sentir-se parte integrante do ambiente e dar-lhe uma sensação de bem.

Considera-se ainda que as concepções, visões e opiniões acerca do espaço físico das instituições onde os/as profissionais entrevistados/as atuam, cuja ênfase é dada na deficiência do espaço físico, refletem o próprio debate científico acerca do contexto sócio-histórico das creches e pré-escolas no Brasil que tem evidenciado a precarização das instalações físicas e materiais dessas instituições ao longo do tempo. Conforme afirma Lima (2016, p. 106) em pesquisa recente sobre o baixo padrão de qualidade das instituições de Educação Infantil de Recife-PE, constatado pela ausência ou pelas limitações de oferta, de condições estruturais, materiais e humanas do atendimento público as crianças.

Em 2010 o Ministério da Educação realizou uma pesquisa em várias capitais do País, em 150 Centros de Educação Infantil - financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os resultados dessa pesquisa mostram que as instituições de Educação Infantil apresentam problemas de inadequação do espaço físico em relação a vários aspectos. Segundo Campos et al., (2011, s/p) os espaços e mobiliários (estado de conservação, níveis de conforto, grau de segurança, adequação do espaço e dos equipamentos destinados a estimular a aprendizagem da

criança, a autonomia e o desenvolvimento) apresentaram níveis mínimos de qualidade, ou seja, básicos. Os itens refeição/merenda, sono e prática de saúde obtiveram também níveis de qualidade insatisfatórios, correspondente ao inadequado.

5.5 Mobiliários e Equipamentos

TABELA 4 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como deve ser pensado o mobiliário e os equipamentos da sua instituição – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como devem ser pensados o mobiliário e Os equipamentos?										
De qualidade e quantidade desejável(durável,sem quinadas, livres de ferrugem) e que atenda a necessidade das crianças em relação à idade;	02	25,00	-	-	-	-	01	7,15	01	3,85
De acordo com a idade das crianças (mesas, cadeiras, armários, pias, sanitários, pranchas);	05	62,50	05	45,45	10	55,55	07	50,00	11	42,31
Considerar as demandas dos profissionais (armários, cadeiras e mesas de apoio);	-	-	05	45,45	07	38,89	06	42,85	07	26,92
Adequados ao corpo, promova conforto (cadeiras que ajustem ao corpo; ar condicionado, ventilado-res).	01	12,50	01	9,10	01	5,56	-	-	03	11,53
Não soube responder	-	-	-	-	-	-	-	-	04	15,39
TOTAL	08	100,00	11	100,00	18	100,00	14	100,00	26	100,00

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

5.5.1 Como deve ser pensado o mobiliário e os equipamentos?

Os resultados da Tabela 2 mostram que as maiores frequências foram para aquelas visões que defendem que o mobiliário e os equipamentos (mesas, cadeiras, armários, pias, sanitários, pranchas) *sejam pensados de acordo com idade das crianças* – a maioria das gestoras, das coordenadoras, professoras, ADIs e um percentual significativo das estagiárias. As demais, excetuando-se 4 estagiárias que não souberam responder, destacaram que os mobiliários devem ser pensados considerando *as demandas dos profissionais (armários, cadeiras, mesas de apoio, computador, TV)*. Observa-se ainda, que apenas duas gestoras, uma ADI e uma estagiária se

referiram ao critério *qualidade e quantidade desejável*, assim como, apenas 5 entrevistadas percebem o critério do mobiliário e dos equipamentos *se adequar ao corpo e propiciar conforto*.

As análises das respostas acerca dessa questão deixam perceber que os profissionais na sua maioria, embora não se aprofunde nas suas respostas, está preocupado com o atendimento das demandas das crianças em relação ao mobiliário, sobretudo, em está adequado a faixa etária da criança. A visão dos/as profissionais é reveladora dessa dimensão:

[...] o mobiliário da instituição não está projetado para atender o tamanho das crianças. Começa pelas cadeiras, umas são pequenas demais para as crianças que já tem cinco anos, outras são grandes para as crianças que tem apenas 1 a 2 anos. Os armários são altos, os sanitários e chuveiros não são adequados a idade das crianças (Professora);
[...] eu penso que precisa melhorar muito o mobiliário e os equipamentos das instituições. Em umas instituições tem banheiros adaptados a idade da criança, em outras não tem. Aqui por exemplo as cadeiras é para crianças bem pequenas e minhas crianças já tem 5 anos, elas ficam desconfortáveis e são muitas horas sentadas (ADI).

Embora os profissionais não apresentem justificativas fundamentadas teoricamente, explicando as consequências que podem causar a postura das crianças quando o mobiliário não é adequado, a preocupação com esse problema mostrou-se bastante significativo. As gestoras, coordenadoras, professoras e as ADIs, principalmente, destacam como característica mais representativa a preocupação com inadequação do mobiliário e outros equipamentos. Para elas as crianças passam grande parte do seu tempo na instituição de Educação Infantil, sobretudo, sentadas, a observação que fazem quanto ao mobiliário (mesas, cadeiras) não adequado a postura da criança é, portanto, essencial.

Segundo Pinto (2011, p. 12) é necessário especial atenção ao mobiliário infantil utilizado pelas crianças, isto significa que o mobiliário utilizado por elas deve ser adequado a faixa etária, confortável, funcional e agradável. Para a autora, a postura estática associada a um posicionamento inadequado pode causar alterações no sistema músculo-esquelético em geral e ao nível da coluna vertebral, em particular. Assim, o mobiliário e os equipamentos utilizados pelas crianças nas instituições de Educação Infantil deve ser pensado como elemento de apoio básico ao processo ensino-aprendizagem e que pode influenciar físico e psicologicamente o rendimento escolar.

Segundo Mandal (1996) a pressão mantida por diversas horas sobre os ossos em formação das crianças quando sentadas, provoca transformações posturais permanentes, que lhes irão incomodar para o resto das suas vidas. Nesse termos, a escolha do mobiliário e de equipamentos utilizados pelas crianças nas instituições de Educação Infantil exige atenção

especial, visando oferecer ao usuário segurança, conforto e funcionalidade, por conseguinte, maior aprendizagem e melhor rendimento escolar.

Os resultados evidenciam também que as gestoras, as coordenadoras, as professoras, ADIS e estagiárias fazem referências nas suas falas às suas próprias demandas, conforme destacam nos seus discursos:

[...] nós aqui não temos nem mesa de apoio, nem cadeira, se tiver que sentar senta nas cadeirinhas das crianças ou no chão. Também não temos mesa de apoio, nossos materiais ficam em qualquer lugar (Professora);

Muito bom essa pesquisa porque se preocupa com uma questão muito importante. Aqui mesmo tem professores que estão de licença médica por problema de doença na coluna causada pela falta de cadeiras, por passar o dia em pé, isso é muito sério (Professora);

No berçário, os berços e as bancadas para banho e higiene das crianças são inadequados a nossa altura, a gente tem que segurar as crianças e utiliza muito os braços numa posição incômoda, quando termina o dia estamos muito cansadas e a coluna em trapos (ADI).

[...] as colegas que ainda não estão de licença médica, também já estão com sérios problemas de saúde em função das condições de trabalho que temos, não tem cadeiras, não tem mesas, berços altos e bancadas altas, o calor é muito grande e não tem ventiladores, são muitos problemas (Professora).

Essas informações reforçam o que já foi dito e reflete o que a literatura e as pesquisas já realizadas tem mostrado acerca da realidade vivenciada pela maioria das instituições de Educação Infantil do Brasil, inclusive de Recife, local onde este estudo vem sendo realizado. O resultado das respostas das entrevistadas é, portanto, compreensível, à medida que reflete a realidade das condições de trabalho em que estão submetidas. O próprio MEC em pesquisa realizada em 2010 em 150 Centros de Educação Infantil evidenciou que as instituições apresentaram níveis de qualidade insatisfatórios nos diferentes aspectos investigados Campos (2013, p. 36), incluindo os mencionados nos depoimentos acima descritos. É, portanto, louvável o reconhecimento e a importância dada pelas entrevistadas a este estudo, uma oportunidade de dar visibilidade às contradições apresentadas.

É diante desse contexto que se retoma, nesse estudo, as questões de pesquisa - em que medida os espaços das instituições de Educação Infantil estão sendo pensados e construídos considerando os aspectos ergonômicos propostos pela legislação e pelo método da Análise

Ergonômica do Trabalho? As análises das representações sociais das gestoras, das coordenadoras, das professoras, das ADIs e das estagiárias das instituições onde esta pesquisa está sendo realizada, respondem, em parte, essa problemática.

Segundo Taborda et al., (2015, s/p) a ergonomia busca proporcionar ao homem condições favoráveis de trabalho, com o intuito de torná-lo mais produtivo, por meio de um ambiente de trabalho mais saudável e seguro. Quando essas condições são atendidas, o ambiente de trabalho ao indivíduo promove menor desgaste, resultando em menores oportunidades de danos à integridade da sua saúde e a promoção da qualidade de vida do trabalhador. Além disso, o atendimento das condições ergonômicas é requisito básico para o bom desempenho de qualquer função, com saúde, disposição, segurança, o trabalhador produz mais e com eficiência.

A fala das entrevistadas chama atenção para essa questão quando revela no ambiente de trabalho das instituições onde trabalham, diversas são as situações que podem vir a prejudicar a saúde. Ressaltam que várias colegas estão de licença e outras já estão com problemas de saúde em função das condições inadequadas de trabalho – a falta cadeiras; não tem mesas; berços e bancadas de trabalho altas; calor intenso; não tem ventiladores, dentre outros. A inadequação das condições de trabalho, além de danos a saúde dos/as trabalhadores/a, resulta em absenteísmo e prejuízos ao trabalho desenvolvido nas instituições e ao usuário.

Tendo em vista evitar esses prejuízos, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para educação Infantil (Brasil, 2006, 43-45) é ênfático em ressaltar que a infraestrutura necessária ao funcionamento dos espaços pedagógicos das instituições de educação Infantil, devem ser construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego de todas as crianças e dos profissionais que nela atuam.

Contudo, o que a análise das representações sociais dos/as profissionais das instituições de Educação Infantil onde a pesquisa está sendo realizada mostram, é que, embora, a perspectiva dos documentos que tratam do funcionamento dos espaços pedagógico seja de orientar a construção e a organização desses espaços para a adoção de medidas de melhorias efetivas, no âmbito das instituições de educação Infantil os problemas relacionados aos espaços físicos são enormes e abrangentes.

5.6 Percepção do Mobiliário da Instituição

TABELA 5 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como percebem o mobiliário da sua instituição – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas										
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Como você percebe o mobiliário da sua instituição?											
Não são projetados para o tamanho das crianças (mesas, cadeiras, berços, sanitários, armários)	06	66,67	04	26,66	03	13,05	03	15,79	01	4,54	
Não atende as necessidades dos professores e demais profissionais (falta mesa, cadeiras, armários, ventiladores, ar condicionado)	02	22,22	10	66,67	20	86,95	15	78,95	14	63,64	
Faltam armários para guardar material pedagógico e pertences dos profissionais	01	11,11	01	6,67	-	-	01	5,26	04	18,18	
Não soube responder	-	-	-	-	-	-	-	-	03	13,64	
TOTAL	09	100,00	15	100,00	23	100,00	19	100,00	22	100,00	

5.6.1 Como percebe o mobiliário da sua instituição?

Considera-se neste estudo que os sujeitos desta pesquisa têm papel social importante na efetivação dos direitos à criança a uma Educação Infantil de qualidade. Nesse sentido, chama-se a atenção para o papel dos/as educadores/as como atores sociais na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento das políticas de Educação Infantil.

Ao analisar os dados da Tabela 2, percebe-se que os resultados anteriormente analisados sobre as representações sociais dos entrevistados acerca de como percebe o mobiliário da sua instituição, revelam as mesmas condições que foram enfatizadas na pergunta anterior - como percebe o mobiliário da sua instituição. As representações sociais dos/as profissionais das instituições de Educação Infantil - concepções, visões e opiniões - sobre como percebem o mobiliário da sua instituição, corresponde a percepção que tem da condição do espaço onde atuam como gestores, professores, ADIs e estagiários.

Verifica-se que a maioria dos/as entrevistados/as mencionou as demandas relacionadas ao mobiliário e as condições inadequadas de trabalho – a falta cadeiras, de mesas, berços e bancadas de trabalho altas; calor intenso; falta de ventiladores. Isto pode ser justificado a partir da análise das dificuldades à concretização de objetivos, metas e diretrizes da Política Nacional

de Educação Infantil que sofrem reflexos das mudanças ocorridas no cenário político e econômico do país.

5.7 Materiais pedagógicos

TABELA 6 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de instituições de Educação Infantil e estagiários/as acerca dos dos materiais pedagógicos – Recife, 2017.

REPRESENTAÇÃO ES SOCIAIS	FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como devem ser pensados os Materiais pedagógicos?										
Para promover o desenvolvimento da criança;	04	50,00	04	30,77	10	41,67	04	21,05	02	10,53
De acordo com a faixa etária das crianças;	04	50,00	04	30,77	11	45,83	09	47,37	07	36,84
Em quantidade e qualidade adequadas;	-	-	03	23,08	01	4,17	03	15,79	03	15,79
De acordo com a proposta pedagógica;	-	-	02	15,38	02	8,33	02	10,53	-	-
Não soube responder	-	-	-	-	-	-	01	5,26	07	36,84
TOTAL	08	100,00	13	100,00	24	100,00	19	100,00	19	100,00
Como você percebe o material pedagógico da sua instituição?										
Tem em pouca quantidade(falta material p/todas as crianças	06	54,55	05	35,71	07	33,33	06	37,50	10	52,63
Cada sala deveria ter o seu próprio material;	01	9,09	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta profissional qualificado p/ uso de certos materiais;	02	18,18	03	21,43	03	14,29	01	6,25	-	-
Falta material diversificado (instrumentos musicais, material p/pintura, jogos, quebra cabeça, livros de estórias infantis etc)	02	18,18	06	42,86	07	33,33	07	43,75	05	26,31
O material é de baixa qualidade	-	-	-	-	04	19,05	02	12,50	02	10,53
TOTAL	11	100,00	14	100,00	21	100,00	16	100,00	19	100,00

5.7.1 Como devem ser pensados os materiais pedagógicos?

Na indagação feita sobre como devem ser pensados os materiais pedagógicos, obteve-se várias repostas, conforme as visões e concepções dos sujeitos. Dos/as 86 entrevistados /as, 35, integrando todas as categorias profissionais enfatizaram que os materiais pedagógicas deveriam ser pensados “*de acordo com a faixa etária das crianças*”. Somando-se a isso, 26 afirmaram que devem ser pensados “*para promover o desenvolvimento da criança*”, 10 que deve ser considerado “*a quantidade e qualidade dos materiais*” e 6, que devem ser pensados “*de acordo com a proposta pedagógica da instituição*”. Sem deixar de levar em consideração, um número significativo (8), principalmente, de estagiários, que afirmaram não saber responder, o que é muito preocupante. Conforme dito, vê-se a seguir as visões mais sigficativas dos/as profissionais:

[...] o material é um coisa muito importante no trabalho do professora da educação infantil. Eu acho que um fator que se deve considerar ao comprar, por exemplo livros, brinquedos, jogos para as crianças e sua idade, para que a crinça possa brinar e aprender (Professora);

Criança quebra tudo com muita facilidade, por isso os materiais da creche deve ser de qualidade, que dure, resistente, outra coisa e que seja variado e quantidade suficiente para todas as crianças (ADI);

Os/as entrevistados/as demonstram por meio de suas concepções estarem atentos não apenas para a existência dos materiais pedagógicos em si, mas, sobretudo, para o fato de que precisam atender características importantes como a faixa etária das crianças, a quantidade e qualidade e estar de acorso com a proposta pedagógica. Os aspectos levantados pelos/as esntrevistados/as vão ao encontro do que orienta o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, Brasil (2009, p. 50). O documento salienta que para os professores da Educação Infantil proporem atividades interessantes e diversificadas às crianças, precisam ter à disposição materiais, brinquedos, livros infantis entre outros em quantidade suficiente e em qualidade desejável. De fato o material pedagógico se constituiu no processo ensino aprendizagem como um excelente mediador na construção do conhecimento pela criança.

5.7.2 Como você percebe o material pedagógico da sua instituição?

A compreensão dos sujeitos da pesquisa acerca do material pedagógico da instituição de Educação Infantil onde atuam, expressa através de suas visões e opiniões a relidade que vivenciam nessas instituições. Nessa direção, a maioria das gestoras e das coordenadoras e um percentual significativo das professoras, ADIs e estagiarios salietam que o material pedagógico da instituição “*tem em pouca quantidade (falta falta material para todas as crianças)*”. Seguindo uma outra linha de raciocíneo, 27 entrevistados/as chamam a atenção

para falta de material diversificado (instrumentos musicais, material para pintura, jogos, quebra-cabeças, livros de histórias infantis, entre outros) e 8 que salientam a falta de qualidade do material.

[...] O material pedagógico que recebemos é de péssima qualidade. (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil);

[...] Há algum tempo o material pedagógico não é renovado, os brinquedos estão ressecados, e oferece risco para a criança. (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil);

[...] Os brinquedos que recebemos é em pouca quantidade e muito fraco, quebra fácil (Auxiliar de Desenvolvimento infantil).

5.7.3 Análise dos espaços físicos, mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos na perspectiva da legislação e da ergonomia.

A perspectiva é analisar os espaços físicos considerando acessibilidade, iluminação, ventilação, revestimento de pisos e paredes, móveis, equipamentos e materiais pedagógicos das Instituições de Educação Infantil, seguindo orientação dos documentos legais e da literatura que tratam do assunto.

5.7.4 O prédio: Condições contextuais e ambientais preexistentes

A instituição de Educação Infantil onde a pesquisa foi realizada, pertence à rede de Educação Infantil da Prefeitura do Recife- PE e se caracteriza como uma creche, uma vez que atende crianças na faixa etária de 1 a 3 anos de idade. A referida instituição se encontra localizada na Região Político Administrativa – RPA 6, no bairro da Imbiribeira, da zona sul da cidade do Recife- PE.

Segundo informações da atual gestora, a creche existe desde 1999 como resultado da luta das mulheres da comunidade da Imbiribeira por um local para dar suporte aos cuidados e educação de seus filhos/as enquanto trabalham, evitando dessa forma deixar as crianças sozinhas em casa aumentando os riscos de acidentes e possibilidades de ficarem na rua.

Sem nenhum custo para a família, a instituição atende crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, oriundas de famílias pobres moradoras da comunidade da Imbiribeira, no horário de 07h30min às 18h30min. A mãe, o pai ou responsável leva a criança pela manhã e só pegar a noite. Nesse período, a criança faz todas as refeições diárias (desjejum, lanche, almoço, lanche, ceia) e desenvolve atividades psicopedagógicas e lúdicas (faz de conta; contação de histórias; modelagem; higiene; equilíbrio e coordenação motora; música e dança; colagem; roda de conversa, dentre outras).

As circunstâncias preexistentes relacionadas ao prédio onde funciona a instituição, por ser uma casa adaptada ao funcionamento de uma instituição de Educação Infantil e não resultado de um projeto de construção que considerou parâmetros essenciais – acessibilidade; condições do terreno; infraestrutura, legislação em vigor; o que está construído nas proximidades; aspectos sócio culturais e econômicos; aspectos físico-climático e ambiental (insolação, temperatura, ventos, umidade, índice pluviométrico, qualidade do ar), influenciaram significativamente a adequação dos ambientes interno e externos, por conseguinte as práticas pedagógicas e o desenvolvimento infantil (físico, psicológico, intelectual, afetivo e social), aspectos que se constituem requisitos essenciais para formulação dos espaços/lugares destinados à educação infantil (BRASIL, 2006, p. 21).

5.7.5 As circunstâncias preexistentes relacionadas ao prédio onde funciona a instituição

O Ministério da Educação e Cultura (2006, p. 22) recomenda que ao pensar em um projeto de uma Instituição de Educação Infantil ou uma adaptação, considerar os aspectos relacionados à acessibilidade é imprescindível.

a) Quanto a Acessibilidade:

A creche encontra-se localizada distante de zonas industriais, sem índice de poluição e outros aspectos que prejudiquem a localização da unidade e a segurança da população atendida. Além disso, a localização do prédio propicia aos pais ou responsáveis e, sobretudo, as crianças facilidade de acesso à instituição, principalmente, pela condição de tranquilidade do tráfego no horário de entrada e saída das crianças, localização de ponto de ônibus, atendendo o que recomenda o documento Padrões de Infraestrutura para o Espaço Físico Destinado à Educação Infantil (BRASIL / MEC, 2006, p. 22-23).

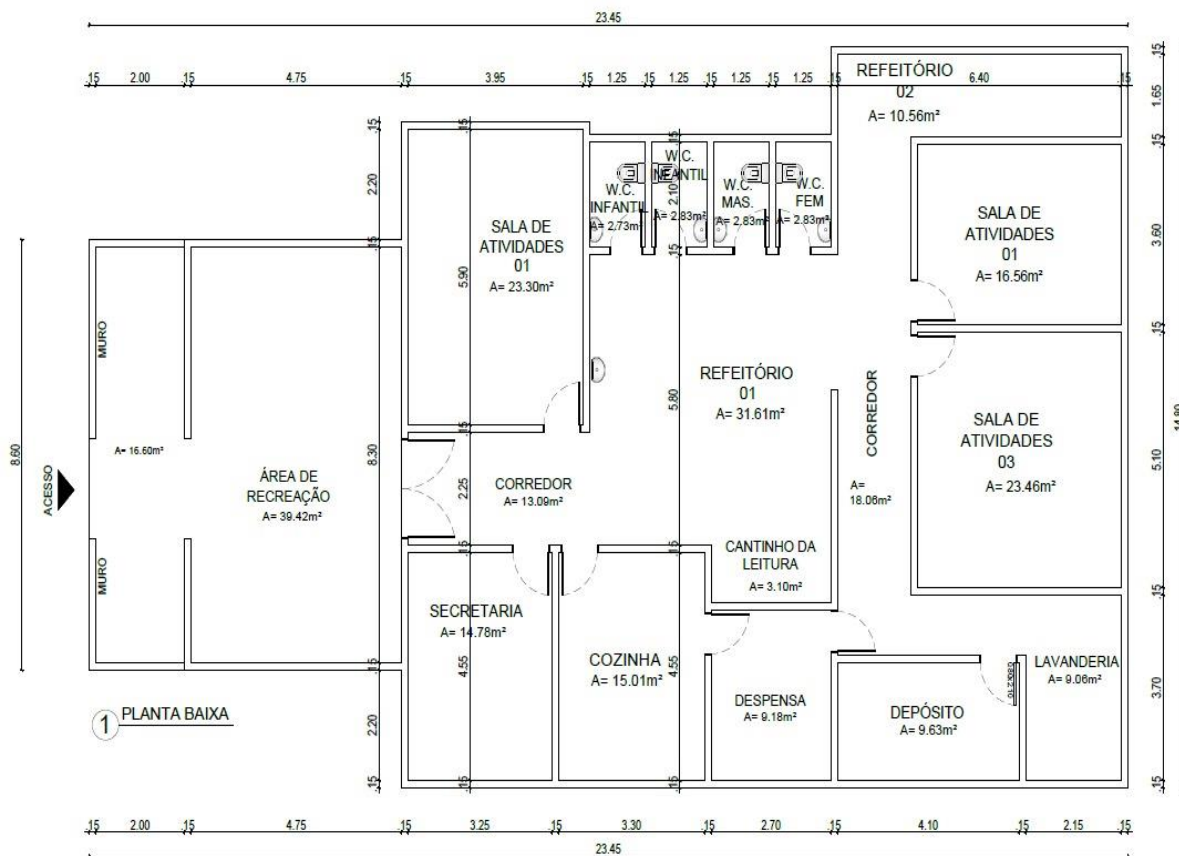
b) Condições do terreno:

Em relação ao terreno, o mesmo é plano, no entanto, há problemas no que se refere ao escoamento natural das águas pluviais, uma vez que segundo informações da gestora e dos profissionais, na estação das chuvas, a rua onde se localiza o prédio da creche fica inundada, devido a inadequação do escoamento da água da chuva, trazendo grandes transtornos para os pais ou responsáveis e para as crianças que muitas vezes ficam sem condições de ter acesso a instituição.

Segundo o MEC (2006, p. 23) o terreno apropriado para implantação de uma instituição de Educação Infantil, além de ser plano, deve atender a existência de saneamento básico, de rede elétrica, rede telefônica e de transporte coletivo compatíveis. Somando-se a isto

se deve evitar terrenos inundáveis e oriundos de aterro sanitário, tendo em vista transtornos quando a instituição estiver em funcionamento.

6.0 Organização Espacial – Planta Baixa



Fonte: Própria da autora

A planta-baixa de uma instituição de Educação Infantil deve permitir visualizar o fluxo, as formas de circulação, as salas de atividades e as áreas de recreação e vivência (BRASIL/MEC, 2006). A partir da disposição dos ambientes na planta, é possível se analisar o espaço, os elementos que o compõe e a possibilidade de permitir ou não a adequação do desenvolvimento das atividades, propiciar uma adequada interação social entre os usuários e o atendimento de suas demandas, sobretudo, das crianças.

Nessa direção, a perspectiva nesse estudo, é a partir da planta baixa da instituição observada, da sua dimensão (287,43m² de área construída) e da composição de cada espaço (sociopedagógico, assistência, técnico e de serviços), analisar cada espaço/setor - Fachada; Hall de entrada; Secretaria; Sala de Atividades; W.C infantil; W. C Adulto; Refeitório; Cozinha; Despensa; Lavanderia; Depósito de materiais diversos - e estabelecer parâmetros com o que propõe os documentos legais e a literatura da área - Padrões de Infraestrutura para Instituições

de Educação Infantil; Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil I e II; Indicadores da Qualidade da Educação Infantil - sobremodo, em relação aos aspectos ergonômicos. Assim compreender se os espaços atendem aos parâmetros propostos pelos referidos documentos e se estes espaços/ambientes se encontram bem localizados, ordenados, compostos, de forma a facilitar o acesso, facilitar a apropriação do espaço pelos usuários, estimular a convivência, promover situações prazerosas, seguras e de aprendizagem, valorizam a interação social, o cuidado e a educação da criança. Deve-se considerar ainda o atendimento das demandas e necessidades dos demais usuários que atuam e utilizam os espaços (funcionários e educadores).

A ideia de que para se ter educação bastam apenas algumas “carteiras, cadernos e quadro-negro”, excluindo a qualidade do espaço desse processo, deve evoluir para uma abordagem interacionista, que permita a visualização das relações e trocas entre sujeito e ambiente, fundamentais para o desenvolvimento infantil. O desafio no processo de concepção dos ambientes escolares é a busca de um repertório espacial que responda a todos os requisitos formulados pelos parâmetros legais de ambiente físicos estabelecidos de forma interdisciplinar - integrando objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais (BRASIL /MEC, 2006, p, 41).

Nessa direção, reconhece-se a criança como sujeito do processo educacional e como principal usuário do ambiente educacional. Por isso, é necessário identificar parâmetros essenciais de ambientes físicos que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pelo PNE, bem como com os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e com a proposta pedagógica de cada instituição. Assim, a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil. Assim, o projeto, a edificação e as reformas das unidades de Educação Infantil devem buscar:

- a) A relação harmoniosa com o entorno, garantindo conforto ambiental dos seus usuários (conforto térmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar) e qualidade sanitária dos ambientes;
- b) O emprego adequado de técnicas e de materiais de construção, valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade;
- c) O planejamento do canteiro de obras e a programação de reparos e manutenção do ambiente construído para atenuar os efeitos da poluição (no período de construção ou

reformas): redução do impacto ambiental; fluxos de produtos e serviços; consumo de energia; ruído; dejetos, etc.

- d) A adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos (BRASIL /MEC, 2006, p. 21).

Fachada

Segundo Rizzo (2003, p. 246), Brasil / MEC (2006, p. 25) a entrada de uma instituição de educação Infantil deve funcionar como um convite às crianças para que sintam vontade entrar e de ficar. Para tanto, a fachada do prédio deve possuir uma arquitetura, formas e proporções que sejam atraentes para as crianças em especial e para aqueles que nela chegam.

Dessa forma, a fachada deve se constituir de duas entradas, uma social e outra de serviços. A primeira, que serve para entrada ou circulação de crianças, deve ser separada da segunda. Ademais, a entrada social, ainda segundo Rizzo, deve ser coberta ou parcialmente coberta para propiciar às mães e as crianças conforto e proteção da chuva ou do sol. A segunda, caracterizada como entrada de serviços, que dá acesso à entrega de compras, alimentos e outros materiais, por medida de segurança e de conforto deve estar localizada em local isolado daquele que serve de circulação de crianças e de preferência ligado à despensa ou almoxarifado, ou a ambos.

A perspectiva é que a entrada ou a fachada da instituição seja um espaço acolhedor e convidativo, capaz de estabelecer um “ponto de encontro”, um ambiente de convivência, adequado para congregar pais, crianças e professores, estreitando a relação entre a comunidade e a unidade de Educação Infantil.

QUADRO 2 - Apresentação dos dados das observações sobre a fachada da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonomia – Recife, 2018.

FACHADA	ESPECIFICAÇÕES
Localização	Anexa a área de recreação
Área aproximada	Largura 7,25 X Altura 2,00 M ²
Portal de entrada	Portão de ferro azul com 1,70 x 1,45 cm
Revestimento de Parede	Pintura
Piso	Cimentado
Cor	Bege - nome da creche na cor preta
Marquise	Não há

Como é visto nos documentos legais e na literatura da área, a fachada de uma instituição de Educação Infantil é um ambiente de entrada e deve funcionar como um convite à criança chegar e sentir vontade de entrar e permanecer. Entretanto, o que se pode constatar neste estudo, de acordo com as observações realizadas na instituição investigada, é que a fachada ou entrada principal, funciona apenas como um espaço de transição dos pais ou responsáveis, principalmente das crianças, entre a área externa e a interna.

Fig. 1. Fachada Creche



Fonte : Própria da autora

Fig. 2. Fachada da Creche



Fonte: Própria autora

A perspectiva de chamar, atrair e acolher os pais ou responsáveis à instituição a partir dos aspectos arquitetônicos, formas, cores e proporções, revelam enormes contradições com o que propõem os documentos legais e a literatura da área. A princípio, a fachada não possui nenhum atrativo na sua arquitetura que fascine as crianças em especial e as outras pessoas que nela chegam. Apesar do esforço da gestão em tentar melhorar a apresentação da instituição, as

dimensões, tipo de revestimento de pisos e paredes e monotonia das cores, entre outros aspectos, conforme mostram as figuras 1 e 2, em nada contribuem para atendimento das necessidades de acolhimento, atratividades e estímulos dos/as usuários.

Igualmente inadequados e desvinculados com a função do prédio da instituição se encontram os degraus, conforme mostra a figura 1. Ao invés de rampas suaves conforme orientam os documentos legais, a fachada possui degraus que podem provocar incidentes, tornando visíveis os perigos existentes de quedas e outros acidentes as crianças e seus familiares ao chegar a instituição.

Ademais, verifica-se a ausência de espaço coberto, em tamanho suficiente, para que os pais ou responsáveis que circulam nas horas de maior afluência na instituição tenham local para fechar seus guarda-chuvas, antes de entrarem no prédio, nos dias chuvosos ou nos dias de sol muito quente ficar na sombra. Outro detalhe importante é reservar um espaço para estacionamento dos carrinhos de bebê que as utilizam geralmente para costumam trazer as crianças.

Área de recreação

QUADRO 3 – Apresentação dos dados das observações sobre a Área de Recreação da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e ergonomia - Recife, 2018.

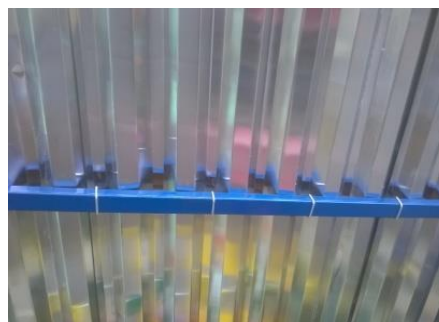
ÁREA DE RECREAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
Localização	Anexo a fachada
Acessibilidade para deficientes	Não existe
Área aproximada	8,30 x 4,75 = 39,42m ²
Pé direito	2,40 m
Condições de acesso	De fácil acesso, cruzando o portão da fachada está dentro da creche
Portal de entrada	Portão de ferro azul com 1,70 L x 1,45A cm
Cobertura	Telhado galvanizado
Iluminação	Artificial
Temperatura	Em torno de 26 a 28° graus
Ventilação	Natural
Revestimento de Parede	Pintura
Cor	Bege
Revestimento de piso	Cimento
Área Verde	Palmeiras plantado em jarros
Mobiliário	Banco de cimento; mesa; cadeira infantil.
Brinquedos	Escorredor; carros; casinha do faz de conta; balanço; gira-gira;
Atividades desenvolvidas	Festas; reuniões; brincadeiras diversas utilizando os brinquedos.

Fig. 3 Área de Recreação



Fonte: própria autora

Fig. 4 Teto da área de recreação



Fonte: própria autora

Segundo orientação do documento Brasil / MEC (2006, p. 26), a valorização dos espaços de recreação e vivência na instituição de Educação Infantil devem ser pensados na perspectiva de incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de atividades tipo jogos, brincadeiras e outras atividades coletivas, além de propiciar uma leitura do mundo com base no conhecimento do meio ambiente imediato.

Para tanto, segundo esse mesmo documento, os espaços de recreação na instituição de Educação Infantil devem prevê espaços cobertos que possam oferecer a oportunidade de utilização em dias chuvosos ou a flexibilidade de uso para atividades diferenciadas, bem como espaços para recreação ao ar livre - Área Externa para os dias ensolarados. Tanto a Área Externa quanto a Área Coberta devem ser valorizadas como espaços de recreação e vivência, tendo em vista incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de jogos, brincadeira e atividades coletivas.

Contrariando essa orientação, embora a inexistência da Área Externa na instituição onde se realizou a pesquisa, devido ao papel importante para o desenvolvimento da criança, uma vez que por meio dos objetos ou equipamentos existentes - brinquedos para diferentes faixas etárias, brinquedos que estimulem diferentes usos e atividades - permitir às crianças desenvolver sua tendência natural de fantasiar, a partir de brinquedos que possam ser manipulados, transportados e transformados. Ademais, propicia uma leitura do mundo com base na base do conhecimento do meio ambiente imediato.

A princípio, na instituição observada não existe área externa para recreação, o que existe é uma área coberta para recreação, com tamanho de 39,42m², na proporção de 0,77cm por criança, pé direito 2,40m, revestimento de cimento e sem área verde. Com base nas orientações dos documentos legais e da literatura sobre essa área, é possível afirmar que esta área se encontra em diversos aspectos em desacordo as orientações para a composição dessa área. Em

relação ao tamanho da área no que se refere à proporção por crianças - deveria ser 1,5m² por criança – entretanto, compreende apenas 0,77cm.

Segundo Brasil/MEC (2004, p. 44) e Rizzo (2003, p. 226) a Área do Recreio Coberto deverá ser condizente com a capacidade de atendimento da instituição na perspectiva de atender as demandas das atividades desenvolvidas nessa área e as especificidades de atendimento das necessidades das crianças – que necessitam de movimento, particularizando correr, pular, descer, entrar, subir, jogar bola, precisam de espaço suficiente.

A recomendação para o pé-direito da área de Recreação Coberta é 2,60m, contudo na instituição o pé-direito dessa área corresponde a 2,40m. Apesar da reduzida diferença, vale salienta que o pé-direito tem uma importância muito maior do que aquela que se pensa na definição do conceito das condições de habitabilidade. Para Lemos (2018, s/p) se este for muito baixo o ambiente vai ficar mais apertado, aumentando não só a sensação de calor como a temperatura real, diminuindo a sensação de abertura e arejamento dos espaços. Um pé direito baixo também pode comprometer a utilização do espaço vertical, por exemplo, impedir uma eficiente distribuição da luz no ambiente, resultando na falta de conforto em suas várias dimensões.

Quanto ao revestimento do piso nos termos dos documentos legais e da literatura deve ser lavável, impermeável, antiderrapante e íntegro, tendo em vista evitar risco de acidentes. De encontro a essas orientações identifica-se piso de cimento, escorregadio e áspero, passível risco de quedas e outras consequências.

Identifica-se nessa área, conforme mostra a Figura 3 a existência de uma quantidade reduzida de brinquedos, considerando os recomendados pelos documentos legais e pela literatura - carrossel Gira-gira; Casinha de boneca; balanço infantil para bebês; carrinhos de passeio infantil; mini moto infantil - fabricados em polietileno, não tóxicos, adequados a faixa etária de acordo com altura, conforme recomenda o Manual de Orientações Técnicas, Mobiliário e Equipamento Escolar para Educação Infantil (BRASIL / MEC/FNDE, 2017). Contudo, devido ao tempo de uso e exposição ao sol e/ou chuva, conforme mostra à figura 3, esses brinquedos, encontram-se num péssimo estado de conservação, inclusive com rachaduras, induzindo ao risco de acidentes. Segundo informações da gestora esses brinquedos foram doados por uma empresa, a mais de três anos e nesse tempo não foram adquiridos outros.

Embora os documentos legais e a literatura que tratam desse assunto considerem a importância dos brinquedos para o desenvolvimento infantil como aspecto predominante na infância, que proporciona o maior avanço na capacidade física, cognitiva e social da criança.

Reconhece-se que quando essa demanda não é atendida, há comprometimento do desenvolvimento infantil, considerando que é através do brinquedo que a criança consegue ir além do seu comportamento habitual, atuando num nível superior ao que ela realmente se encontra (PEDROZO et al., 2018, p. 2).

O que se constata na instituição onde se realizou esse estudo, é o que já se mostrou, os brinquedos da área de recreação coberta, são em quantidade limitada e qualidade inferior, embora, nos aspectos ergonômicos se encontrem adequados em conformidade com os documentos legais e com literatura disponível na área. Vale ressaltar que os referidos brinquedos foram adquiridos através de doação de uma empresa, confirmando a perspectiva ainda filantrópica, assistencialista compensatória de prover os recursos para as instituições de Educação Infantil. Kramer em 1995 (p.65) já analisa duas tendências que caracterizam o atendimento à criança em idade pré-escolar. Na primeira, o governo proclama a importância do atendimento à criança. Na segunda, o governo mostra a impossibilidade de resolvê-lo dada as dificuldades financeiras em que se encontra, imprimindo uma tendência assistencialista e paternalista à proteção de infância brasileira, cujo atendimento não se constituía em direito, mas em favor. Para Rizzo (2006, p.38) a educação pré-escolar para os pobres ainda continua de caráter assistencialista e eventual, de responsabilidade filantrópica.

Isto significa afirmar que, apesar da LDB (1996) ter proclamado a educação infantil como direito das crianças 0 a 6 anos, a situação de precarização destas instituições continua sendo posta por diversos estudos, em diferentes áreas, a efetivação do direito a uma educação infantil de qualidade está longe de ser concretizada. Para Carvalho (2012) isto reflete, sobretudo, o financiamento disponibilizado para essa etapa da educação, cujos recursos para planejamento e manutenção do espaço físico ficam em segundo plano ou é simplesmente ignorado.

Área de administrativa

QUADRO 4 – Resultados das observações sobre a Área de Administrativa da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonomia – Recife, 2018.

ÁREA ADMINISTRATIVA	ESPECIFICAÇÕES
Ambiente	Secretaria/recepção/sala da gestora/atendimento médico
Ocupantes	Gestora e 01 funcionário
Área	4,00 x 2,85 = 11,40 m ²
Pé direito	3,07 m
Atividades	Recepcionar pais ou responsáveis pelas crianças; realizar reuniões; atender fornecedores; realizar consultas médicas.
Mobiliário	01 mesa; 02 armários suspenso de madeira; 02 armários suspenso de aço; 02 cadeiras de plástico; 01 fichário de aço c/04 gavetas; 01 cadeira de couro fixa; 01 máquina de Xerox; 01 computador; 01 impressora; 01 scanner; 01 mesa p/computador; 01 quadro de aviso; 01 balança.
Cor	Bege
Iluminação	Artificial
Temperatura	Em torno de 22°
Ventilação	Artificial – ar condicionado
Revestimento de Parede	Pintura
Revestimento de piso	Granito

A área administrativa de uma instituição de Educação Infantil compreende vários espaços específicos, os quais se constituem como essências ao funcionamento de toda a engrenagem do processo de produção de bens (produtos) e de serviços. Embora, não diretamente os serviços dessa área estejam relacionados aos cuidados e educação da criança, determinam sua qualidade. Nessa perspectiva, o projeto de construção ou de adaptação para funcionamento de uma instituição de educação Infantil não prescindir de prever um espaço para cada atividade, sem tirar da mente o fluxo entre eles e a necessária integração dos serviços a que cada espaço se destina, entendendo que cada espaço ou setor tem uma função específica, mas, se integram e se interrelacionam entre si.

Nessa condição, a ergonomia organizacional vai orientar em relação à otimização dos sistemas sócio técnicos, abrangendo as estruturas organizacionais, políticas e de processos, definindo os diversos fatores que influenciam no processo produtivo no trabalho. A perspectiva é buscar reduzir com técnicas adequadas as consequências nocivas e que provoquem doenças ocupacionais sobre o trabalhador. Somando-se a isso, trata dos costumes que vão reduzir a

fadiga, estresse, erros e acidentes, proporcionando segurança, satisfação e saúde aos trabalhadores/as no seu cotidiano nas organizações (IIDA, 2005, p.2).

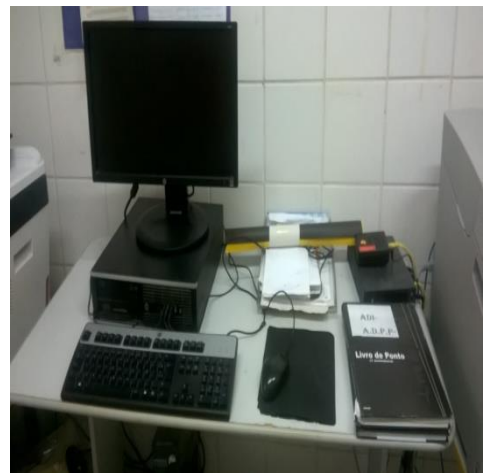
Considerando esses pressupostos, as figuras (5; 6; 9; 7; 8; 9; 10; 11) abaixo relacionadas mostram o espaço da Área Administrativa da instituição observada. A mesma é composta apenas de uma sala (11, 40m²), pé-direito (3, 07m), iluminação e ventilação artificial, revestimento de piso granito, revestimento de parede (meia parede azulejo de cor branco, medindo 1,66m e o restante 1,49m pintura na cor bege). Em relação aos equipamentos relaciona-se (computador, copiadora, scanner, balança, ar condicionado, aparelho telefonico). No que concerne ao mobiliário identifica-se (cadeira básica de plástica; armário de aço; arquivo de aço; armário suspenso de aço; armário suspenso de madeira; mesa para computador; mesa para escritório)

Fig. 5 - Secretaria



Fonte: Marques (2017)

Fig. 6 - Computador



Fonte: Marques (2017)

Fig. 7 - Quadro de aviso/ar condicionado



Fonte: Marques (2017)

Fig. 8 - Armário/fichário



Fonte: Marques (2017)

Fig. 9 - Cadeira Plástica



Fonte: Marques (2017)

Fig. 10- Máquina Impressão



Fonte: Marques (2017)

Fig. 11 - Balança



Fonte: Marques (2017)

Os documentos legais e da literatura (Brasil/MEC, 2004; Rizzo, 2003) que trata do assunto referente a organização dos espaços das instituições de Educação Infantil, recomenda que o Setor Administrativo dessa instituição deva englobar aproximadamente 10% do total da área construída e deva constar dos espaços: secretaria; almoxarifado; gabinete da direção; gabinete do psicólogo; gabinete da assistente social; Gabinete do pediatra; banheiro da direção e assessores; isolamento; Isolamento; Gabinete de orientação pedagógica; sala dos educadores; banheiros dos educadores; Gabinete da nutricionista.

Contrariando essa perspectiva, constata-se que a Área Administrativa da instituição onde se realizou o estudo é composta apenas de uma sala (de 11,40m²) que atende as demandas de todos os outros espaços. O que se figura é a inconveniência de seu local, de dimensão apenas de 11,40m² quando deveria ser de aproximadamente 10% do total da área construída, ou seja, deveria ter 28,74m²). Essa configuração dificulta o acesso e não permitir uma maior interação entre os professores, a direção/coordenação e as crianças, além, de prejudicar, sobretudo o funcionamento da rotina de trabalho do setor. Segundo Brasil / MEC (2004, p. 25) quando essa

área atende os parâmetros básicos de organização do espaço (divisão dos setores; salas de fácil acesso; sem barreiras visuais ou físicas; espaços bem definidos) permitir não apenas uma visualização/composição interna ordenada, mas, propicia e estimula o acesso, integra os usuários e otimiza o funcionamento do setor).

Segundo Brasil (2004/2006) e Rizzo (2003), os projetos de construção ou adaptação de prédios residenciais (o caso da instituição observada) devem escolher para as funções administrativas uma localização, dentro do edifício, que possibilite atender a requisitos básicos do seu funcionamento. Entre esses requisitos, acesso fácil aos pais e pessoas que vêm da rua; acesso rápido dos membros da direção e assessores a qualquer local da instituição; visão rápida de todos os espaços, sobretudo pela direção e assessore, sem grandes deslocamentos dentro desta, para melhor supervisão e controle das atividades.

Outro aspecto que chama atenção pela inadequação ergonômica e antropométrica no setor administrativo é a adaptação do mobiliário, dos equipamentos e do próprio espaço à escala dos/as profissionais. Armários de altura não acessíveis que dificultam a autonomia e a independência dos profissionais e o processo de desenvolvimento das várias atividades dentro do setor, a partir de sua interação com o meio físico e material.

As cadeiras, conforme mostram as Figuras 5 e 9 não seguem as recomendações ergonômicas indicada pelo documento Manual de Orientações Técnicas sobre mobiliário e equipamento escolar/ Educação Infantil elaborado pelo MEC/Brasil (2017, p. 21). Segundo este documento as cadeiras da área administrativa devem seguir as principais dimensões antropométricas a ser considerada num projeto de um espaço de trabalho onde as pessoas permanecem sentadas a maior parte do tempo. Para tanto, as cadeiras devem ser: giratórias, estofada com braços e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento e do encosto. Em relação as suas dimensões recomenda: largura do assento 500 mm +/- 50 mm; profundidade do assento 460 mm +/- 10 mm; altura do assento variável, com faixa obrigatória entre 420 mm e 520 mm; largura do encosto 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar).

Considerando estas recomendações, é possível afirmar que as cadeiras da área administrativa da instituição estudada não correspondem às recomendações acima citadas. Identificou-se cadeiras plásticas básica em todo setor. Segundo Iida (2005, p. 125) esse tipo de cadeira acarreta para os funcionários consequências como, má postura, fadiga, dores lombares e câimbras, podendo provocar, inclusive, anormalidades permanentes da coluna. Nesses termos vale ressaltar que quando se investigou sobre as representações sociais dos profissionais acerca

de como o mobiliário da instituição de Educação Infantil deve ser pensado, a maioria dos profissionais, na oportunidade revelou ter sérios problemas como dor lombar ou lombalgia, relacionando os sintomas ao mobiliário inadequado, inclusive a falta de cadeiras na salde de atividade onde ficam o dia em pé.

Salas de Atividades

O documento Padrões de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil Brasil/MEC (2004) e Rizzo (2003) recomendam que cada grupo de criança, organizados conforme a faixa etária possua sua sala própria de atividades. É importante que este espaço pertença a um grupo exclusivo para que a criança se identifique com o local e os lugares em que possa encontrar os brinquedos e objetos pessoais ou de sua preferência. Ademais a criança dever ter ao seu dispor, brinquedos, jogos, lápis, papéis tintas e massinha e outros materiais de acordo com sua faixa etária.

A criança deve de acordo com seu grupamento possuir sua própria sala de atividades. Acrescente-se a isso o fato das crianças de uma instituição de Educação Infantil permanecer o dia inteiro dentro da instituição e por isso, precisarem de um ponto de apoio e retorno após as idas e vindas a outros locais da creche: pátio externo, jardim, sala de multimeios, gabinete médico e às vezes, refeitório e dormitório.

Atendendo estas orientações no que concerne a área mínima e a quantidade de salas individualizadas, conforme a faixa etária, a instituição onde se realizou este estudo, possui 3 salas de atividades, uma para criança na faixa etária de 1 a 2 anos de idade (15 m²), outras para crianças na faixa etária de 2 a 3 anos (16 m²) e uma terceira, para a faixa etária de crianças de 3 a 4 anos (23 m²), conforme mostram os quadros (5, 6 e 7) abaixo relacionados:

QUADRO 5 – Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária 1 a 2 anos de idade na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.

SALA DE ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES
Área aproximada:	15 M ²
Pé direito:	4,17 m
Ocupantes:	15 crianças de 1 a 2 anos
Atividades:	Teatro de bonecos; quebra-cabeça; pintura a dedo; massa de modelar; contação de estórias; desenho, assistir desenhos; danças; repouso.
Mobiliários:	Mesas e cadeiras infantis, armários de ferro, armários suspensos, cabideiro de madeira de parede,
Equipamentos	TV; aparelho de som; bebedouro; ventilador, ar condicionado.
Materiais	Brinquedos; jogos; papéis; lápis; tintas; massinhas; quebra-cabeça; Jogos de encaixar; massa de modelar; livro de estórias;
Revestimento de piso	Piso de granito, na cor cinza claro.
Revestimento de parede	1,66 m em Azulejo Branco e a restante tinta na cor bege
Ventilação:	Artificial em torno de 22° graus
Iluminação:	Artificial com luminária de teto 40 W retangular

Fig. 12- Entrada as sala de atividade



Fonte: Marques (2017)

Fig. 13 –Cadeira infantil



Fonte: Marques (2017)

Fig. 14 – Cabideiro para bolsas



Fonte: Marques (2017)

Fig. 15 - Exposição dos trabalhos



Fonte: Marques (2017)

Fig. 16 – Revesimento de piso



Fonte: Marques (2017)

QUADRO - 6 Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária 2 a 3 anos de idade, na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.

SALA DE ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES
Área aproximada	16 M ²
Pé direito	4,17 m
Ocupantes	16 crianças de 2 a 3 anos
Atividades	Jogos de encaixar; quebra-cabeça; pintura a dedo; massa de modelar; contação de estórias; desenho, assistir desenhos; músicas e danças; repouso.
Mobiliários	Mesas e cadeiras infantis, armários de ferro, armários suspensos, cabideiro de madeira de parede.
Equipamentos	TV; aparelho de som; bebedouro; ventilador, ar condicionado
Materiais	Brinquedos; jogos; papéis; lápis; tintas; massinhas; quebra-cabeça; Jogos de encaixar; massa de modelar; livro de estórias;
Revestimento de piso	Piso de granito, na cor cinza claro
Revestimento de parede	1,66 m em Azulejo Branco e o restante tinta na cor bege
Ventilação	Artificial (temperatura em torno de 22° graus:
Iluminação:	Artificial com luminária de teto retangular

Fig. 17 Armário suspenso (altura)



Fonte: Marques (2017)

Fig. 18 Bebedouro (riscos)



Fonte: Marques (2017)

Fig. 19- Armários de aço



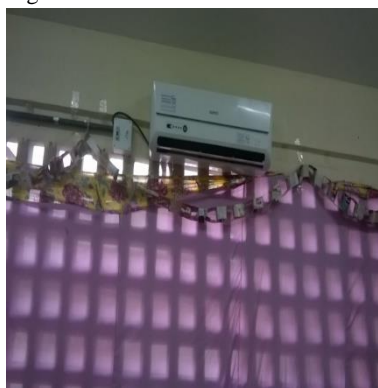
Fonte: Marques (2017)

Fig. 20 – Cestas plásticas



Fonte: Marques (2017)

Fig. 21 – Janela/ar condicionado



Fonte: Marques (2017)

QUADRO 7 - Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária de 3 a 4 anos na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.

SALA DE ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES
Área aproximada:	23 m ²
Pé direito	4,17 m
Ocupantes	20 crianças de 3 a 4 anos
Atividades	Jogos de encaixar; quebra-cabeça; pintura a dedo; massa de modelar; contação de estórias; desenho, assistir desenhos; música e danças; repouso.
Mobiliário	Mesas e cadeiras infantis, armários de ferro, armários suspensos, cabideiro de madeira de parede.
Equipamentos	TV; aparelho de som; bebedouro; ventilador, ar condicionado.
Materiais	Brinquedos; jogos; papéis; lápis; tintas; massinhas; quebra-cabeça; Jogos de encaixar; massa de modelar; livro de estórias;
Revestimento de piso	Piso de granito, na cor cinza claro
Revestimento de parede	1,66m em azulejo branco e o restante tinta na cor bege.
Ventilação	Artificial (temperatura em torno de 22° graus).
Iluminação:	Artificial com luminária de teto 40 W retangular

Fig. 22 – TV



Fonte: Marques (2017)

Fig. 23 – Mesa/cadeiras infantil



Fonte: Marques (2017)

Fig. 24 – Cabideiro/brinquedos



Fonte: Marques (2017)

Fig. 25 – Prancha/baldes



Fonte: Marques (2017)

Área aproximada:

Em relação à área mínima os espaços das salas de atividades, embora aproximados, não atendem os padrões exigidos pelos documentos legais e pela literatura que trata do assunto que determinam área mínima 15 m² e proporção de 1,5 m² por criança. Identificou-se que as salas de atividades da Instituição possuem respectivamente as medidas 15 m² (15 crianças); 16 m² (16 crianças) e 23 m² - 20 crianças.

Segundo recomendação de Rizzo (2003, p.260) as salas de atividades devem possuir uma pequena antessala ou espaço livre em frente à sua porta de entrada, onde os pais ou responsáveis possam ficar durante o período de adaptação, à vista da criança, mas fora de seus domínios. Não se identificou esse espaço livre em nenhuma das salas. O que se observa é uma única entrada que dá acesso à sala. Segundo informação da coordenadora e das professoras, no processo de adaptação da criança, os pais ou responsáveis não ficam na instituição, eles deixam a criança e vão para o trabalho.

Pé direito:

Segundo Blower (2008, p.73) o pé-direito constitui a elevação da altura do piso ao teto em uma edificação. Dessa forma, a adequação do pé-direito da edificação facilita a circulação das correntes de ar quente na parte baixa, a serem depositadas na parte superior, permitindo que o ar frio se desloque mais facilmente para baixo, promovendo melhor sensação térmica. Contudo, para esse autor tal recomendação deve ser levada em conta com algum cuidado, uma vez que, se vista sob o enfoque cognitivo, grandes alturas, desproporcionais à escala da criança pequena, trazem sensações de medo e insegurança.

Segundo Brasil/MEC /FNDE (2006, p.10) e Rizzo (2003, p. 260) a altura mínima adequada para o pé-direito da sala de atividades em instituições de Educação Infantil é de 2.60m, na perspectiva de obter o melhor conforto térmico, mais específico, se possível, o pé-direito de 3,0m. Seguindo essa orientação, pode-se observar que nas três salas de atividades o pé-direito não corresponde ao recomendados nesses documentos, identificou-se o pé-direito com altura de 4,7m. Essa altura configura-se como grandes alturas, por ser desproporcionais à escala da criança pequena, provocando sensações de medo e insegurança.

Ocupantes / usuários

Em relação ao número de crianças por sala de atividades se observou que na sala 1 há 15 crianças na faixa etária de 1 a 2 anos de idade, na sala 2, 16 crianças na faixa etária de 2 a 3 anos de idade e na sala 3, uma quantidade de 20 crianças de 3 a 4 anos de idade. Comparando

as recomendações do que propõem os documentos legais com as observações realizadas verifica-se que o número de crianças por sala, está dentro padrão recomendados.

Atividades Desenvolvidas:

Após ter realizado as observações referentes aos aspectos ergonômicos das salas de atividades, foi observado às atividades desenvolvidas com as crianças tendo em vista analisar a adequação do espaço ao desenvolvimento dessas atividades.

Nas salas de atividades, independentes da faixa etária são desenvolvidas as mesmas atividades, embora diversas - brincadeira de roda; Jogos de encaixar; quebra-cabeça; pintura a dedo; massa de modelar; contação de histórias; desenho, assistir filmes de desenho animado; teatro fantoche; música e dança – são as mesmas em todas as salas, não importa a faixa. Embora se constate que o tamanho das salas de atividades em relação ao número de crianças atendidas seja parcialmente adequado, a mesma observação não pode ser feita em relação ao desenvolvimento das atividades e a organização do espaço tendo em vista propiciar a criança um ambiente onde ela possa interagir e desenvolver sua autonomia. As figuras

Segundo Meneghini e Campos-de-Carvalho (2003, p. 377) na instituição de Educação Infantil o espaço pode ser organizado de várias maneiras. Legendre (1986/1989/1999) e Legendre & Fontaine (1991) chama atenção para três tipos de arranjos espaciais utilizados descritos em seus estudos com crianças de 2-3 anos em creches francesas. O primeiro arranjo especial se configura como: 1) Arranjo visualmente aberto (também denominado de arranjo semiaberto, em seus estudos iniciais) – proporciona à criança uma visão de todo o local, sendo caracterizado pela presença de zonas circunscritas – áreas delimitadas, pelo menos em três lados, por barreiras formadas por mobiliários, parede, desnível do solo, etc. Nesse arranjo, é necessário o uso de barreiras baixas o suficiente para as crianças visualizem facilmente o adulto, devido ao comportamento de apego, típico dessa faixa etária (Rossetti Ferreira, 1984). O segundo arranjo, se constitui como o 2) Arranjo aberto – caracterizado pela ausência de zonas circunscritas, geralmente havendo um espaço central vazio. E por último, o 3) Arranjo visualmente restrito (denominação anterior: arranjo fechado) – barreiras físicas, por exemplo um móvel alto, dividem o ambiente em duas ou mais áreas, impedindo uma visão total do local pelas crianças.

Com base nesses pressupostos, o que mais caracteriza o arranjo espacial das salas de atividades da instituição observada é o arranjo aberto – caracterizado pela ausência de zonas circunscritas, geralmente havendo um espaço central vazio. Nesse tipo de arranjo, as crianças tendem a permanecer em volta do adulto, sem liberdade de escolhas.

Outro aspecto que se observou na instituição onde se realizou a pesquisa, é que o arranjo espaço, da forma como se encontra organizado, não propicia a criança explorar, descobrir, interagir, selecionar colegas, objetos e áreas para desenvolver suas atividades, fazer mudanças na sala, explorando e usando esses espaços de forma autônoma e independente para desenvolver atividades diversas no ambiente, resultando em pouca interação, dependência do adulto e não autonomia da criança. Segundo Agostinho (2003, p.8) à medida que a criança utiliza o espaço de forma independente, brincando, dando preferência ao que gosta de fazer, constrói sua identidade e autonomia. Para tanto, um arranjo espacial estruturado, adequadamente composto, em termos quantitativos e qualitativos torna-se fundamental. Isto significa afirmar que este deve possuir móveis, equipamento, brinquedos, materiais pedagógicos e profissionais qualificados para propiciar a criança oportunidades de interação, movimento diversos, conhecimento, aprendizagens, tendo em vista propiciar seu desenvolvimento de forma integral, a partir de um atendimento de qualidade.

O documento “Brinquedos e brincadeiras de creche: manual de orientação pedagógica (Brasil/MEC, 2012, p. 125-127)” sugere uma diversidade enorme de brinquedos e materiais pedagógicos para serem utilizados pelas crianças de 0 a 4 anos e 11 meses. Para Ministério da Educação, ao disponibilizar maior quantidade de materiais, com diversidade, quantidade, variação, faz aumentar o repertório e as possibilidades de ampliar as experiências. Contrariando essa perspectiva, alta na instituição de Educação Infantil para melhor compor o arranjo espacial, além de uma infraestrutura melhor adequada ao atendimento das demandas das crianças e dos profissionais que nelas trabalham – ventilação, iluminação, revestimento de pisos e paredes, mobiliário e equipamentos – materiais pedagógicos em diversidade, quantidade, variação.

Mobiliário:

Segundo o documento Indicador da Qualidade para Educação Infantil – Brasil / MEC (2009, p. 50), o mobiliário para as salas de atividades para instituições de Educação Infantil, deve ser planejado de acordo com a faixa etária das crianças da Educação Infantil, de 0 a cinco anos de idade (0 a 1 ano – bebês; 1 a 2 anos; 2 a 3 anos e 4 a 5 anos).

O que se constata através das figuras apresentadas (17; 19; 14; 13), bem como das observações realizadas é que o mobiliário da instituição - armários, mesas, cadeiras - é ergonomicamente inadequada quando se considera os documentos elaborados pelo MEC, em relação à altura das crianças no que se refere a sua capacidade de alcançar e usar os diversos materiais, como também dificulta a arrumação dos espaços, de forma a incentivar a autonomia

infantil e sua independência. Em outras palavras, os armários nos quais os brinquedos são guardados, são altos e fechados à chave e aqueles que ficam nos cestos vazados ou nas caixas plásticas – quebrados, peças soltas, incompletos – têm tampas e para as crianças menores são altos, dificulta pegá-los.

As mesas e cadeiras infantis seguem a mesma altura para as três salas de atividades, desconsiderando as orientações do próprio Ministério da Educação - Brasil / MEC (2009, p. 50). Esse ministério determina que as mesas e cadeiras para cada sala de atividade atenda as faixas etárias das crianças. Esse contrassenso reflete a falta de conhecimento evidenciada na Tabela 4 desse estudo, onde uma parcela significativa dos gestores e a maioria dos coordenadores pedagógicos (37,50% e 54,50%) e dos profissionais - professores e ADIs - (44,50%; 50,0%) e os Estagiários (57,60%) da Educação Infantil da rede municipal revelaram não compreender a importância de se considerar os aspectos ergonômicos do mobiliário no que concerne atender a faixa etária da criança.

O Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (Brasil/ MEC/ FNDE, 2012, p. 12) dispõe de cadeiras e mesas para crianças considerando a faixa etária de 2 a 4 anos e de 4 a 6 anos de idade. Nesse manual as mesas para as crianças de 2 a 4 anos tem altura de 54 cm e para as crianças de 4 a 6 anos tem altura de 60 cm. Para as cadeiras a orientação segue as seguintes medidas: para as crianças de 2 a 4 anos (altura total 59 cm e altura do assento 29 cm) e para de 4 a 6 ano altura de 60 cm).

Considerando o que propõe esses documentos, evidencia-se que as cadeiras da instituição não atende ao que propõe esses documentos, conforme mostra a Fig. 25. O próprio gestor público não compreende a necessidade na compra desse mobiliário atentar para a faixa etária da criança na perspectiva de atender sua demanda, uma vez existe o Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (Brasil/ MEC/ FNDE, 2012) e que nesse documento se apresenta modelos de cadeiras conforme a faixa etária da criança.

Fig. 26 – Cadeira infantil



Fig. 27 – Prancha da sala de atividade



Em relação às mesas, observa-se o mesmo problema, ou seja, independente da faixa etária elas possuem a mesma altura 0,59 cm. O Manual descritivo para aquisição de mobiliário infantil (Brasil/ MEC/ FNDE, 2012) recomenda que a altura da mesa tenha 54 cm de altura e o tampo da mesa quadrada para 4 lugares 70 x 70cm. A partir dessa análise considera-se que as medidas da mesa também contrariam as recomendações desse documento.

Segundo Pinto (2011, p. 12) é necessário especial atenção ao mobiliário infantil utilizado pelas crianças, isto significa que o mobiliário utilizado por elas deve ser adequado à faixa etária, confortável, funcional e agradável. Para a autora, a postura estática associada a um posicionamento inadequado pode causar alterações no sistema musculoesquelético em geral e ao nível da coluna vertebral, em particular. Assim, o mobiliário e os equipamentos utilizados pelas crianças nas instituições de Educação Infantil devem ser pensados como elemento de apoio básico ao processo ensino-aprendizagem e que pode influenciar físico e psicologicamente o rendimento escolar.

Nas salas de atividades existem pranchas de madeiras fixadas as paredes cuja função é diversa, de material a bolsas dos funcionários são colocadas sob estas. As pranchas estão fixadas numa altura 1,15 cm (Fig. 27), a qual impede as crianças de terem acesso aos materiais e os brinquedos que ali são postos. Segundo recomendação do documento elaborado pelo Brasil/Mec (2004, p.12-13) as pranchas devem ser fixadas numa altura em torno de 65cm acessíveis as crianças, tendo em vista propiciar desenvolvimento de sua autonomia e independência.

Segundo Pinto (2011, p. 12) é necessário especial atenção ao mobiliário infantil utilizado pelas crianças, isto significa que o mobiliário utilizado por elas deve ser adequado a faixa etária, confortável, funcional e agradável. Para a autora, a postura estática associada a um posicionamento inadequado pode causar alterações no sistema musculoesquelético em geral e ao nível da coluna vertebral, em particular. Assim, o mobiliário e os equipamentos utilizados pelas crianças nas instituições de Educação Infantil devem ser pensados como elemento de apoio básico ao processo ensino-aprendizagem e que pode influenciar físico e psicologicamente o rendimento escolar.

Segundo Mandal (1996) a pressão mantida por diversas horas sobre os ossos em formação das crianças quando sentadas, provoca transformações posturais permanentes, que lhes irão incomodar para o resto das suas vidas. Nesses termos, a escolha do mobiliário e de equipamentos utilizados pelas crianças nas instituições de Educação Infantil exige atenção

especial, visando oferecer ao usuário segurança, conforto e funcionalidade, por conseguinte, maior aprendizagem e melhor rendimento escolar.

Equipamentos:

Os equipamentos da sala de atividades compreendem TV, aparelho de som – rádio e CD - bebedouro, ventilador e ar condicionado. Os documentos utilizados como parâmetros para análise dos espaços físicos considerando - acessibilidade, iluminação, ventilação, ruído, revestimento de pisos e paredes, móveis, equipamentos e materiais pedagógicos das Instituições de Educação Infantil – não traz recomendações acerca desses equipamentos, contudo, vale salientar que na instituição os mesmos se encontram sem manutenção, inclusive os ventiladores das salas de atividades não funcionam e o ar - condicionado (Splitt) não tem sido feito a limpeza dos filtros segundo informação da gestora. É sabido que um ambiente climatizado é bom e confortável, contudo, limpar o filtro do ar-condicionado regularmente é crucial. A falta de manutenção adequada do aparelho pode acarretar em diversos problemas, como um maior consumo de energia, menor vida útil das peças e sua consequente necessidade de reposição, e até a proliferação de fungos e bactérias que podem ser prejudiciais à saúde, principalmente em ambientes utilizados por crianças. É bom lembrar que o acúmulo de poeira ocorre independente do uso, dessa forma no período de férias das crianças e que a instituição não está funcionando a higienização do aparelho também deve ser feita.

Revestimento de pisos e paredes

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituição de Educação Infantil (Brasil/MEC, 2006, p. 30-33) os espaços da instituição de educação Infantil podem ser construídos com grande variedade de materiais e acabamentos, tendo em vista valorizar os efeitos texturais que possam introduzir ou reforçar conceitos como áspero/liso, duro/macio, cheiros e sons diversos, numa tentativa de refinar as percepções sensoriais da criança (visão, audição, olfato, paladar). Nesses termos, pisos e paredes seriam, ao mesmo tempo, elementos concretos de arquitetura e construção, de ensino e de brinquedo. O documento orienta ainda que os materiais e os acabamentos que constituem os revestimentos devem ser resistentes e de fácil limpeza; prever acabamentos semipermeáveis para as paredes, com a possibilidade de utilização de material lavável à altura dos usuários (utilizar acabamentos atóxicos). Piso, de preferência deve lavável, antiderrapante, resistente ao uso intenso, de fácil reposição e manutenção; evitar utilização de pisos com muitas juntas que favoreçam acúmulo de sujeira ou

umidade. Para os revestimentos de parede a recomendação é que o acabamento seja liso nas paredes das salas de atividades e berçários, evitando o acúmulo de poeira e mofo e prevenindo que as crianças se machuquem.

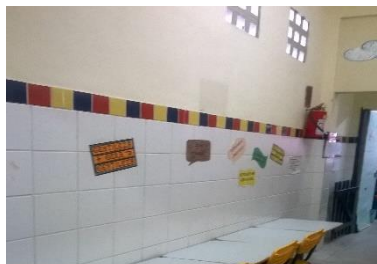
O que se constata na instituição onde se realizou o estudo em relação ao piso é o que se mostra na Figura 27.

Fig. 27 – Revestimento de pisos



Fonte: Marques (2017)

Fig. 28 – Revestimento de parede



Fonte: Marques (2017)

Todos os espaços da instituição de Educação Infantil possuem esse tipo de piso caracterizado como cimento queimado (argamassa, areia, água e finalizado com pó de cimento), é de fácil higienização, não acumula sujeira, torna a limpeza mais fácil e rápida, é resistente e apresenta poucas variações quando exposto as variações do tempo (CIMENTOS MONTES CLARO, 2018). Dessa forma, o piso da instituição não abrange as características exigidas pelo Mec (2006), uma vez que não possui variedade de materiais e acabamentos, impossibilitando à criança introduzir ou reforçar conceitos como áspero/liso, duro/macio, cheiros e sons diversos, numa tentativa de refinar as percepções sensoriais da criança (visão, audição, olfato, paladar).

Ainda segundo o (Brasil/MEC, 2006, p. 30-33) o piso precisa ser íntegro, lavável, antiderrapante, resistente ao uso intenso, de fácil reposição e manutenção e sem juntas que facilitem o acúmulo de sujeira ou umidade. Identifica-se que o piso da instituição, particularizando o das salas de atividades, tem as características de ser íntegro, de fácil limpeza e resistente ao uso intenso, porém, não atende a uma característica importante, ser antiderrapante. Em se tratando de uma instituição de Educação Infantil, esse requisito torna-se fundamental, tendo em vista a prevenção de acidentes.

Em relação aos revestimentos das paredes, verifica-se que, nas salas de atividades, bem como na área administrativa, nos corredores e na área onde funciona o refeitório, o revestimento de parede se constitui de 1.66m revestido de azulejo branco e o restante é pintura na cor bege (Figura 28). Segundo Azevedo et al., (2004, p. 35) em instituição de Educação Infantil revestimentos de paredes com azulejos até 2,00 metros, de fácil limpeza e de material resistente,

só são necessários nas paredes do refeitório, acima disso, podem ser apenas impermeabilizadas com tinta higroscópica de cores claras.

Segundo Brasil/Mec (2004, p.12-13) o piso das salas de atividades deve ser liso, mas não escorregadio, de fácil limpeza e que propicie conforto térmico para as crianças engatinharem, sentar e dá os primeiros passos. O piso das salas de atividades atende as exigências no que se refere a ser liso e de fácil limpeza, contudo é escorregadio e não proporciona conforto térmico principalmente no inverno.

Rizzo (2003, p. 238) vai além do Brasil /Mec (2004) nas recomendações em relação aos revestimentos de pisos. Para essa autora, os pisos interiores das creches e pré-escolas devem ser laváveis e permitir a esterilização diária, como o PVC, que considera uma excelente opção devido à sua “(...) impermeabilidade, facilidade de manutenção, limpeza e temperatura (não é frio como a cerâmica, nem aquece o ambiente).” A autora destaca ainda que, por acumularem poeira entre as juntas e se desprenderem facilmente, assoalhos de madeira não são indicados e que os pisos externos devem ter acabamento liso, mas não escorregadio. Quanto aos revestimentos das paredes recomenda tintas laváveis. Para as áreas molhadas, como a cozinha, lavanderia e até mesmo o berçário, sugere que as paredes sejam revestidas com ladrilho do chão até o teto. A autora salienta que qualquer material utilizado em substituição deverá permitir a perfeita desinfecção do ambiente.

Temperatura/iluminação/ventilação

O conforto térmico é garantido pela ventilação, seja por efeito natural do vento, seja por outra causa – artificial, através de aparelhos de ventilação, exaustão ou refrigeração - que vai permitir a renovação e a melhoria da qualidade do ar. A ventilação natural é um dos recursos mais importantes para garantir que as condições de conforto ambiental sejam satisfeitas, e, como funciona aliada ao fator economia, merece toda a atenção no ato da concepção projeto das instituições de educação infantil.

Embora o Mec/Brasil (2006, p. 22) recomende que a ventilação e a iluminação das instituições de atendimento a criança sejam a mais natural possível, o que se constata é a predominância na maioria dos espaços de ventilação e iluminação artificiais. Nas salas de atividades, a ventilação é artificial, através de ar-condicionado (split) conforme mostra a Figura 19. As Figuras 21 e 24 revelam que a ventilação seria muito deficiente, se não tivesse o ar-condicionado nas salas de atividades uma vez que nessas salas não existem janelas para entrada e circulação do ar, o que existe são aberturas na parede, fechadas com cobogó.

Fig.19 – Armário de aço



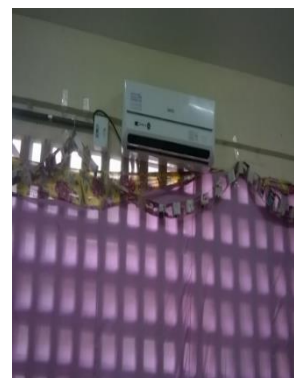
Fonte: Marques (2017)

Fig. 21 – Janela/arcondicionado



Fonte: Marques (2017)

Fig. 24 – Prancha/baldes



Fonte: Marques (2017)

Indagamos a temperatura dessas salas antes de serem colocados os splits? Segundo o Brasil/Mec (2004, p.12-13) as janelas com abertura mínima de 1/5 da área do piso, que permita ventilação e iluminação natural e que possibilite visibilidade para o ambiente externo, com peitoril de acordo com a altura das crianças, garantindo a segurança, são fundamentais. Contraditoriamente, as Figuras 21 e 24 mostram que estas recomendações não são atendidas.

Refeitório

QUADRO 8 - Observações sobre a sala de atividade da instituição de Educação Infantil para crianças na faixa etária de 3 a 4 anos na perspectiva da legislação e da ergonomia - Recife, 2018.

REFEITÓRIO	ESPECIFICAÇÕES
Ocupantes	Crianças, educadores e funcionários
Área aproximada	Composto por dois espaços: 1º espaço: 5,80m x 2,6m = 15,08m 2º espaço: 6,40m x 1,65m = 10,56 Total = 25,64 m ²
Pé direito	3,07 m
Atividades	Alimentação/leitura
Mobiliário	Mesas, cadeiras, TV, estante para livros.
Material	Lavabo com duas cubas
Cor	Bege
Iluminação	Artificial
Temperatura	Em torno de 26 a 30º graus
Ventilação	Artificial – Ventiladores de teto.
Revestimento de Parede	Pintura/meia parede de azulejo branco
Revestimento de piso	Cimento Queimado

O refeitório deve distinguir e setorizar duas áreas distintas: preparo de alimentos e refeições. É importante que possibilite boas condições de higiene, ventilação e segurança; prever mobiliário adequado tanto à faixa etária das crianças (BRASIL/MEC, 2004, p.30). Além de se constituir em um espaço para alimentação, o refeitório deve ainda possibilitar a socialização e a autonomia das crianças. Recomenda-se que seja articulado com a cozinha, contando com mobiliário móvel, que viabilize diferentes organizações do ambiente. Deve seguir o dimensionamento de 1 m² por usuário e capacidade mínima de 1/3 do maior turno, 3 uma vez que não é necessário nem recomendável que todas as crianças façam as refeições ao mesmo tempo. (De acordo com a Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, da Medicina e Segurança do Trabalho NR-24).

Contrariando essas recomendações, as Figuras 25, 26 e 27 apresentam as condições do refeitório da instituição onde se realizou esse estudo.

Fig. 25- Refeitório



Fonte: Marques (2017)

Fig. 26 - Refeitório



Fonte: Marques (2017)

Fig. 27- Refeitório 02



Fonte: Marques (2017)

Além de se constituir em um espaço para alimentação, o refeitório deve ainda possibilitar a socialização e a autonomia das crianças. Nessa direção, recomenda-se que seja articulado com a cozinha, contando com mobiliário móvel, que viabilize diferentes organizações do ambiente. Deve seguir o dimensionamento de 1m² por usuário e capacidade mínima de 1/3 do maior turno, uma vez que não é necessário nem recomendável que todas as crianças façam as refeições ao mesmo tempo (BRASIL/MEC, 1978).

Em relação à localização, o refeitório da instituição observada, embora se encontre anexa a cozinha, o mesmo é inadequado em relação ao formato, indicado como retangular, o espaço que é utilizado como um refeitório na instituição é um corredor de passagem das crianças e demais pessoas para as salas de atividades e demais setores e atende 51. Em relação à ventilação, por se tratar de um corredor, não possui aberturas de janelas e nem possui ar-condicionado, o que existe é um ventilador de parede que não atende as dimensões do ambiente, tornando o mesmo quente.

Conforme os Parâmetros básicos de infraestrutura de Instituição de educação p.24:

Iluminação/ventilação; janelas com abertura mínima de 1/5 da área do piso, permitindo a ventilação e a iluminação natural, possibilitando visibilidade para ambiente externo, com peitoril de acordo com a altura das crianças, garantindo a segurança;

Revestimento de piso:

Os pisos utilizados devem suportar tráfego intenso, serem de fácil limpeza e higienização;

Revestimento de parede: Revestimentos devem ser de fácil limpeza e resistentes;

Higiene: contar com pelo menos um lavatório de mãos para as crianças, que deve ser acessível, mantendo-se uma altura em torno de 60 cm; prever bebedouros com altura apropriada às crianças.

QUADRO 9 - Observações realizadas nos Banheiros infantis da instituição de Educação Infantil na perspectiva da legislação e da ergonomia – Recife, 2018.

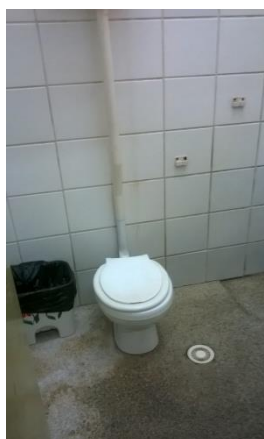
BANHEIROS INFANTIS	ESPECIFICAÇÕES
Ambiente	Banheiro Feminino
Ocupantes	30 crianças de 1 a 03 anos de idade
Área aproximada	2,10 x 1,26 = 2,64 m ²
Pé direito	3,07 m
Atividades	Uso do sanitário e chuveiro para banho
Equipamentos	Vaso sanitário e chuveiro, bancada de granito c/duas cubas, tapete antiderrapante
Iluminação	Artificial
Temperatura	Em torno de 26 a 30° graus
Ventilação	Natural, através de cobogós
Revestimento de Parede	Azulejo branco
Revestimento de piso	Cimento Queimado

Fig. 28 W.C infantil e pia



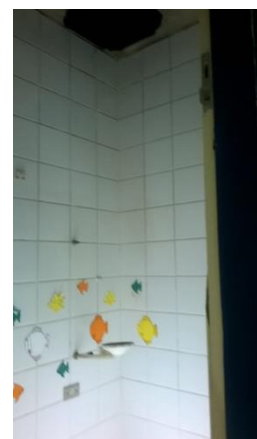
Fonte: Marques (2017)

Fig.29 Vaso sanitário



Fonte: Marques (2017)

Fig.30 Chuveiro



Fonte: Marques (2017)

QUADRO 10 - Análise das observações Banheiro masculino infantil da instituição de Educação Infantil na perspectiva ergonomia – Recife, 2018.

BANHEIROS	ESPECIFICAÇÕES
Ambiente	Banheiro Masculino
Ocupantes	21 crianças de 1 a 3 anos de idade
Área aproximada	2,10 x 1,26 = 2,64 M ²
Pé direito	3,07 m
Atividades	Necessidade básica e banho
Equipamentos	Vaso sanitário; chuveiro; bancada de granito c/duas cubas que ficam do lado de fora do banheiro.
Iluminação	Artificial
Temperatura	Em torno de 26 a 30° graus
Ventilação	Natural, através de uma janela c/cobogós de 12 furos.
Revestimento de Parede	Pintura
Revestimento de piso	Cimento queimado

Fig. 31- W.C Infantil e Pia



Fonte: Marques (2017)

Fig. 32 -Vaso Sanitário



Fonte: Marques (2017)

Fig. 33 - Chuveiro



Fonte: Marques (2017)

A instituição possui apenas dois banheiros, um para o sexo feminino e um para sexo masculino, cada um possui apenas uma bacia sanitária e um chuveiro para atender 30 meninas e 21 meninos na faixa etária de 1 a 3 anos de idade. Em relação a localização, não estão próximos as salas, exceção da sala 1, as outras salas compreendem uma distância de 8 a 10 metros de distância que a criança deve percorrer para ter acesso. O ministério da educação recomenda que os banheiros infantis sejam de fácil acesso, com localização próxima às salas de atividades e às áreas de recreação e vivência, além de conter equipamentos que facilitem o uso de pessoas com necessidades especiais (BRASIL/MEC, 2006, p. 25). Quando anexos as salas de atividades, os banheiros atendem as demandas das crianças e facilitar o trabalho do

professor, evitando que ele sai da sala para levar as crianças ao banheiro todas as vezes que necessitar.

Deve-se reservar especial atenção com a prevenção de acidentes, utilizando pisos antiderrapantes, principalmente, dentro e próximas as áreas do banheiro. Os banheiros infantis da instituição não possuem piso antiderrapante nem dentro e nem nas suas proximidades.

Nos banheiros, a autonomia das crianças vai estar relacionada à adaptação dos equipamentos às suas proporções, alcance e acesso – bacia sanitária, descarga, chuveiros e lavabos. Conforme mostram as Figuras (28; 29; 30; 32; 33) os banheiros da instituição não atendem a esses aspectos, sobretudo, no que concerne a quantidade insuficiente de bacias sanitárias e chuveiros em relação à quantidade de crianças. Outro critério comprometedor do desenvolvimento da autonomia das crianças estar relacionado à adaptação dos equipamentos às suas proporções e alcance. A altura do lavabo e da descarga da bacia sanitária não atende as proporções das crianças.

Segundo Brasil/Mec (2005, p. 43-44) e Rizzo (2003, p. 264) os banheiros infantis devem oferecer 1 vaso sanitário para cada 20 crianças (Rizzo prevê 1 vaso sanitário para 12 crianças); 1 lavatório para cada 40 crianças (Rizzo prevê 1 lavabo para cada 12 crianças) e 1 chuveiro para cada 20 crianças (Rizzo prevê 1 chuveiro para cada 12 crianças), com alturas apropriadas de acordo com a faixa etária da criança da Educação Infantil. O piso deverá ser lavável, impermeável e íntegro e os vasos sanitários e os chuveiros deverão estar contidos em boxes individuais. Ademais, as portas dos sanitários individuais não devem conter chaves e trincos. Ainda, deverá ser previsto sanitário com acessibilidade para pessoas com deficiências.

Rizzo (2003, p, 203) recomenda ainda, a existência de uma bancada, um metro do chão, guarnecida de colchonete forrado de vinil, para troca de roupa da criança, ganchos, escaninhos ou prateleiras para guardar objetos e roupas de uso individual da criança – um para cada criança. Não se identificou esse tipo de mobiliário na instituição, o que se presenciou, em diversas situações foi a educadora trocando a fralda ou a roupa da criança na sala de aula, muitas vezes em cima de uma cadeira ou com a criança em pé no chão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das análises desenvolvidas neste estudo, a partir do mapeamento das instituições de Educação Infantil, da caracterização do perfil das gestoras, das coordenadoras, professoras, ADIS e estagiárias, das representações sociais dessas profissionais acerca de como devem ser pensados e como percebem os espaços físicos, os mobiliários, os equipamentos e os materiais pedagógicos dessas instituições, bem como acerca da análise dos espaços físicos, dos mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil, permitiram responder ao problema de pesquisa posto. A perspectiva da análise do espaço construído, fundamentado na análise ergonômica do trabalho – AET, propiciou identificar aspectos dos espaços físicos, dos mobiliários, dos equipamentos e dos materiais pedagógicos da instituição onde se realizou o estudo.

Com base nesses resultados, pode-se destacar que as condições favoráveis de trabalho para os espaços pedagógicos de cuidados e educação da criança, propostas pelos documentos indicados pelo MEC não estão sendo atendidas nas instituições de Educação Infantil onde se realizou este estudo. Os dados encontrados neste estudo estão muito próximos dos relatos encontrados na literatura e nas pesquisas já realizadas, mostrando as condições de inadequação físicas dos espaços, dos mobiliários, dos equipamentos e dos materiais pedagógicos de outras instituições.

O contexto pouco estruturado das instituições onde se realizou o estudo, notadamente, a escassez de mobiliário, materiais pedagógicos, equipamentos, infraestrutura física deficiente, ausência de zonas circunscritas, prejudica as ações de cuidados e não favorece as interações, seja entre criança-educador e, especialmente, entre criança - criança de 1 a 3 anos, cujas habilidades física-motora, intelectuais, afetivas e sociais estão sendo desenvolvida.

Os resultados encontrados nesse estudo, revelam aspectos da realidade das instituições Infantil onde se realizou a pesquisa que se constituem como sinais que podem contribuir para melhorar a organização e o funcionamento dessas instituições e por conseguinte as condições de trabalho, de cuidados e educação dos seus usuários.

As representações sociais dos gestoras, das coordenadoras, das professoras, ADIs e estagiárias, apontam aspectos das condições do espaço físico, do mobiliário, dos equipamentos,

dos materiais pedagógicos que não estão em conformidade com a ciência da ergonomia e com as dimensões fundamentais propostas nos documentos apresentados pelo MEC - Padrões de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2004); Parâmetro de Qualidade para Educação Infantil (Brasil, 2004); Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil I e II (Brasil) e o documento intitulado Indicadores da Qualidade da Educação Infantil (2009). Estes documentos contêm referências fundamentais para a organização, funcionamento, supervisão, controle e avaliação a serem utilizadas pelas creches, pré-escolas e centros de educação infantil.

A análise e compreensão das representações sociais dos sujeitos da pesquisa acerca das dimensões investigadas constituem-se como fundamental para intervir na perspectiva de melhorar o padrão de qualidade dos espaços pedagógicos das instituições de Educação Infantil, de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir na construção de um trabalho pedagógico e social significativo, que promova o desenvolvimento integral das crianças.

Com os resultados finais desse estudo foi possível identificar os aspectos positivos e negativos em relação aos espaços pedagógicos, um quadro que possibilite identificar o que está na perspectiva da ergonomia adequado e inadequado nas instituições de Educação Infantil, de forma que todos tomem conhecimento e possam discutir e decidir as prioridades de ação para melhoria das condições dessas instituições. Vale ressaltar que esse esforço é responsabilidade de todos, não apenas e, sobretudo, do governo, mas, da comunidade, das famílias, professores/as, gestores/as, crianças, funcionárias/os, conselheiras/os tutelares, de educação e dos direitos da criança, organizações não governamentais (ONGs), órgãos públicos e universidades, enfim, toda pessoa ou entidade que se relaciona com a instituição de Educação Infantil deve se mobilizar pela melhoria de sua qualidade.

A partir da análise dos dados referentes aos espaços físicos, aos mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos da instituição de Educação Infantil, é possível propor recomendações e gerar diretrizes para qualquer tipo de edificação de atendimento à criança, particularmente, para aquelas de uso coletivo e de grande complexidade, como é o caso das edificações das redes municipais destinadas à Educação Infantil. Dentre as melhorias que podem ser implementadas no processo, haverá possibilidade de se adotar uma sistemática de prevenção, em vez de correção, nos programas de manutenção, estabelecendo padrões de qualidade dos espaços em toda a rede municipal de edificações destinadas à Educação Infantil.

Apesar das condições negativas descritos nas análises, é relevante registrar que, de forma geral, a instituição selecionada para observação dos aspectos do espaço físico, do mobiliário, dos equipamentos e dos materiais pedagógicos, a instituição possui aspectos positivos que merecem ser destacados, sobretudo, no que diz respeito ao aspecto pedagógico (motivação e empenho da direção e dos outros profissionais na busca da melhoria da qualidade dos cuidados e educação oferecida as crianças). Tornou-se visível o incremento dos espaços, da higiene, a cobertura da área externa, contratação de novos profissionais, em relação quando foi realizada a primeira etapa da pesquisa, cuja a efetivação refletiu de forma positiva.

Considera-se ainda, a importância de se planejar e organizar o espaço da instituição de forma que os meninos e meninas que ali passam o dia todo em todos os dias da semana tenham o seu direito à brincadeira garantido, com muitos e diversos brinquedos e que estes estejam acessíveis, inteiros, limpos, disponibilizados de forma criativa e convidativa. É preciso observar a variedade desses brinquedos no que diz respeito ao material, cor, textura, tamanho, faixa etária, para que possam pluralizar e enriquecer as interações com culturas diversas, cuidando para não valorizar brinquedos estereotipados que reafirmam a lógica e os discursos de um sistema consumista, preconceituoso e excludente. Entendo ser possível e viável aproveitar ao máximo material de reciclagem e elementos da natureza, buscando saídas criativas e humanizadoras. Vale ressaltar ainda, a importância do resgate de brincadeiras populares, tradicionais e de outros lugares como estratégias de superação da ociosidade por falta de material didático educativo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete & WAJKOP, gisele. Educação infantil: creches – atividades para crianças de zero a seis anos. 2ª ed.; Rev. e atual. São Paulo, moderna, 1999.

AGOSTINHO, Kátia Adair. O Espaço da Creche: que lugar é este? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ALMEIDA, Jane Soares de. O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares. As **lutas femininas** por educação, igualdade e cidadania (2000) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 81 (197), pp. 5-13.

ARRUDA, Fabíola Delgado de; FARIA Rogério Silva de; BRANDÃO, Ana Carolina P.A – O perfil da “auxiliar de desenvolvimento infantil” em creches da rede pública municipal do Recife – Caderno de trabalho de conclusão de curso – V.2 – 2205.2 – 2006.1 – 2006.2 – 2007.1 - UFPE.

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de Sociologia do Trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. cap. 3, p. 67-79.

BLOWER, Hélide C. S. O lugar do Ambiente na Educação Infantil: Estudo de Caso na Creche Doutor Paulo Niemeyer – Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2008.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF v.1; v.2; il. 1. Educação Infantil. 2. Ensino Fundamental. 1. Título

BRASIL.MEC. Secretaria de educação básica. Política Nacional de Educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos, à educação. Brasília: MEC/SEB, 2004

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006. 45 p. : il. 1. Educação infantil. 2. Infraestrutura escolar. I. Título. CDU 372.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil: **Encarte 1**. Brasília: MEC, SEB, 2006. 31 p. : il. 1. Educação infantil. 2. Infraestrutura escolar. I. Título. CDU 372

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009. 64 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7783-020-6 1. Educação 2. Educação Infantil. 3. Qualidade - educação. I. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica. CDD 370

Brasil. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125) “Atualizada em: 1/12/2014”. ISBN 978-85-402-0245-0

BRASIL/PR. Lei no 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/96, pp. 27833-278. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria nº 3.214– NR 24, de 08 de junho de 1978. Especificação do refeitório. Brasília: Medicina e Segurança do Trabalho, 1978.

BRASIL.MEC. Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MEC, RESOLUÇÃO CEB Nº 1, DE 7 DE ABRIL DE 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999); <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>

BRASIL.MEC.CNE/CEB.35/2003.05/11/2003. http://portal.mec.gov/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf. Acesso 12/08/2018.

BERTONCELI, Mariane – Trabalho docente na educação infantil: entre a precarização e valorização profissional- 2016. - Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

BUENO, J. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial, v.5, pp. 7-25, 1999.

CARVALHO, Adriana Fernandes Perez; RUBIATO, Karina Cássia da Silva. *A perspectiva educativa do espaço físico das creches*. 2012. 84 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Pedagogia). União das Faculdades dos Grandes Lagos, UNILAGO, São José do Rio Preto.

CERISARA, Ana Beatriz – O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas – 2002. <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12935.pdf>.

CHAMON, Magda Lucia. *Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. Belo Horizonte-MG.1996. FaE/UFMG.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995
CNE/CEB 35/2003, 05/11/2003. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 119, p. 85-112, julho 2003. Acesso em: 20.06.201

COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia aplicada ao trabalho: manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: ERGO Editora, 1995.
<http://segurancanotrabalho.eng.br/ergonomia/11.pdf>Acesso em: 03/07/2018.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J. ; WIGGERS, V. **Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns Resultados de Pesquisa.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006.

CAMPOS, M. M.; ESPOSITOI, Y. L.; BHERING, E.; GIMENES, A., N. B. **Avaliação da qualidade da educação infantil.** Cad. Pesqui. Vol. 41 n.142 São Paulo Jan./Apr. 2011.

CAMPOS, M. M. **Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas.** Cadernos de Pesquisa. v.43 n.148 p.22-43 jan./abr. 2013.

FNDE - (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) - Manual Descritivo para aquisição de mobiliário – implantação da escola de ensino infantil.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2453-proinfancia-b-especificacoes-mobiliario-equipamento&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25/07/2018.

FNDE - (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Manual de orientações técnicas mobiliário e equipamento escolar da educação infantil. 2017
www.fnde.gov.br/centrais-de-conteúdos/.../130-proinfancia?download...mobiliário

GERHARD, Ana Cristina; ROCHA FILHO, João Bernardes da. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de ensino médio. Investigações em Ensino de Ciências – V17(1), pp. 125-145, 2012

GALARDINI, Annalia; GIOVANNINI, Donatella. Pistóia: Elaborando um sistema dinâmico e aberto para atender às necessidades das crianças, das famílias e da comunidade. In:EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella. Bambini: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 117-131

GUÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgar Blucher, 2001.

GURGEL, Rogério Fernandes. Trabalho docente: Políticas de financiamento da carreira e da remuneração dos professores da educação básica de sistemas públicos de ensino (Tese Doutorado), João Pessoa: UFPB, 2012. http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/14038_6715.pdf.

HANK, Vera Lúcia; BRANCHER, Emerson Antônio - O espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança. - Centro Universitário Leonardo da Vinci –

HORN, Maria da Graças de Souza. Sabores, cores, sons e aromas: A construção do espaço na educação infantil. Porto Alegre. Artmed. 2004

IIDA, Itiro Ergonomia: projeto e produção / Itiro Iida - 211 edição rev. e ampl. - São Paulo: Edgard Blücher, 2005. Bibliografia ISBN 85-212-0354-3 1. Ergonomia I. Título.

SARAIVA, J. M. **Perfil do Trabalhador do setor de Nutrição e Saúde de Creches Públicas da Cidade do Recife – PE**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Nutrição (área de concentração Saúde Pública), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

KRAMER, Sonia (org.). Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005

LACERDA, Maria do Pilar. Brasil, Ministério da Educação - MEC (Portal.mec.gov.br-2016).

LIMA, Wanessa Maria de. Qualidade na educação infantil no Recife como meio de consumo coletivo: discursos e práticas. Dissertação de Mestrado. UFRPE, 2016.

LEGENDRE, A. (1986). Effects of spatial arrangements on child/child and child/ caregivers interactions: An ecological experiment in day care centers [Trabalhos completos]. Em Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (Org.), Anais da 16ª Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (pp. 131-142). Ribeirão Preto, SP: SPRP.

LEGENDRE, A. (1989). Young children's social competences and their use of space in day-care centers. Em B. H. Schneider, G. Attili, J. Nadel & R. Weissberg (Orgs.), Social competence in developmental perspective (pp. 263- 276). Holland: Kluwer.

LEGENDRE, A. (1999). Interindividual relationships in groups of young children and susceptibility to an environmental constraint. Environment and Behavior, 31, 463-486.

Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1996.

Lei nº 16.292/97 de 29 de janeiro de 1997. Dispõe sobre as Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e dá outras providências.

<https://cm-rcife.jusbrasil.com.br/legislação/266325/lei-16292-07>.

Lei 17,161/2005 de 28 de dezembro de 2005. Cria cargos efetivos no âmbito da administração direta para atuação na rede de ensino público do município do Recife.

MANDAL, A.C. (1986). Investigation of the lumbar flexion of office workers. In: CORLETT, N. et al. *The ergonomics of working postures*. London and Philadelphia: Taylor & Francis. P.345-354.

<http://www.efdeportes.com/efd85/ergon.htm>. Acesso em 12/08/2018

MORIN, E. & LE MOIGNE, J.-L. (2000). A inteligência da complexidade. 2. ed. São Paulo: Petrópolis.

MONT'ALVAO, Claudia, VILLAROUCO Vilma - Um novo olhar para o projeto - Ed. 2AB – 2011

MENEGHINI, Renata Arranjo Espacial na Creche: Espaços para Interagir, Brincar Isoladamente, Dirigir-se Socialmente e Observar o Outro. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a17v16n2.pdf>. Acesso: 12/08/2018

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 p.

PANERO, J. ZELNIK, M. Human 'dimension' & 'interior' space. 'A source book of design reference' Standards. Watson: Guptil! Publications, 'New' York, '2005.

PEDROSO, Crislaine de Andrade; et all. Papel do brinquedo no desenvolvimento infantil. Alunos do terceiro semestre de Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – SCelisul. Trabalho orientado pela professora Ms. Flávia da Silva Ferreira Asbahr, na disciplina Psicologia da Educação III. <http://www.scelisul.com.br/cursos/graduacao/pd/artigo2.pdf>, Acesso : 12/08/2018

PINTO, Mafalda Sofia Carvalho. Mobiliário escolar para crianças do 1º ciclo do ensino básico: Estudo, concepção e desenvolvimento da mesa escolar. Dissertação de Mestrado. Portugal. Escola Superior de Artes e Design matosinhos. 2011. 68p.

RIZZO, Gilda – Creche: Organização, currículo, montagem e funcionamento - 3ª edição – Rio de Janeiro, (2003). Pág., 230/275

ROCHA, E. A. C. A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC: Centro de Ciências da Educação: Núcleo de Publicações –NUP, 1999, 290 p. (Teses Nup 2).

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, pp.299- 318, 2006.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C., AMORIM, K. S., VITÓRIA, T. A Creche enquanto contexto possível de desenvolvimento da criança pequena. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 35-40, 1994.

SINE – Sistema Nacional de Empregos. Recife- PE. <https://www.trabalhabrasil.com.br/vagas-empregos/professor-de-educacao-infantil>. 2018

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1995.

TABORDA, Loana Wollmann. Análise de ergonomia e seus efeitos no ambiente de trabalho de uma cooperativa de crédito. RAC. Revista de Administração e Contabilidade.CNECE igr. Ano 14 n.28 julho/dez/2005. <http://local.cnecean.edu.br/revista/index.php/rac/article/view/361>. Acesso em 12/08/2018

VIEIRA, L. M. F. **A Formação do Profissional da Educação Infantil da Legislação, das Políticas e da realidade do atendimento**. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura de Belo Horizonte, 1997.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones.Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

FRAGO, Antonio Vrao; ESCOLANO, Austín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WISNER, A. (1996). Questions épistémologiques en ergonomie et en analyse du travail. In F. Daniellou (Org.). L'ergonomie en quête de ses principes – Débats épistémologiques (pp. 29-55) Toulouse: Octares.

ANEXOS

FORMULARIO DE ENTREVISTA

Caracterização socioeconômica e demográfica dos profissionais das instituições de Educação Infantil da rede municipal – Recife-PE e sua percepção acerca dos espaços físicos pedagógicos

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO	
<p>1. Nome da Instituição _____</p> <p>2. Endereço da Instituição _____</p> <p>3. Função que ocupa na instituição _____</p> <p>4. Quanto tempo trabalha na instituição _____</p> <p>5. Região Político Administrativa _____</p>	
<p>BLOCO II – CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA E DEMOCRÁFICA E CULTURAL</p>	
<p>6. Iniciais: I _ I _ I _ I _ I _ I _</p> <p>7. Data de Nascimento: __/__/__ 5.1. Idade _____</p> <p>8. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino</p> <p>9. Situação conjugal atual</p> <p>(1) Casado; (2) União consensual; (3) Separado; (4) Divorciado (5) Viúvo; (5) Solteiro; (8) outros _____</p> <p>10. Em que Estado você nasceu? I _ I _ I</p> <p>11. Em que bairro você mora? _____</p> <p>12. Há quanto tempo vive nesse lugar? _ _ anos.</p>	<p>6. _ _ </p> <p>7. _ _ </p>
<p>12. Você tem religião? (1) Sim (2) Não, se Sim qual a sua religião?</p> <p>(1) Católica</p> <p>(2) Evangélica (Especificar) _____</p> <p>(3) Afro-Brasileira</p> <p>(4) Espírita</p> <p>(5) Nenhuma</p> <p>(6) Outras _____</p>	

<p>13. Tem Filhos? (1) Sim; (2) Não (). Se sim, quantos? _____</p> <p>1. Filhos de criação? Quantos? _ _ </p> <p>2. Quantos filhos moram com você? _ _ </p> <p>3. Qual a faixa etária dos/as filhos/as: _____</p> <p>14. Escolaridade</p> <p>1. Você frequentou a escola? (1) Sim; (2) Não; (3) Não responde</p> <p>2. Se Não, porque nunca estudou? _____</p> <p>3. Se Sim, até que série você completou? (1) 1ª série; (2) 2º a 4º a série; (3) 5º a 8º série; (4) 2º grau incompleto; (5) 2º grau completo; (6) 3º grau incompleto; (7) 3º grau completo; (8) mestrado; (9) doutorado; (10) não sabe; (9) não se aplica.</p> <p>3. No caso de ter cursado o 3º Grau, qual sua formação? _____</p> <p>4. No caso de ter cursado mestrado, em que? _____</p> <p>5. No caso de ter cursado doutorado, em que? _____</p>	<p>11. _ _ </p>
---	------------------

<p>15. Situação socioeconômica</p> <p>1. Qual sua condição de emprego: (1) concursada; (2) Terceirizado; (3) Bolsista-estagiária; (4) voluntaria; (5) outras _____</p> <p>2. Quanto ganha por mês líquido? (1) Menos de 1 S.M; (2) De 1 a 2 S.M; (3) De 2 a 3 S.M; (4) De 3 a 4 S.M; (6) De 4 a 5 S.M; (7) De 5 a 6 S.M; (8) De 6 a 7 S.M; (9) De 7 a 8S.S.M; (10) De 9 a 10 S.M; (11) Mais de 10 S.M.</p> <p>3. Todos juntos na sua casa ganham quanto? (1) Menos de 1 S.M; (2) De 1 a 2 S.M; (3) De 2 a 3 S.M; (4) De 3 a 4 S.M; (6) De 4 a 5 S.M; (7) De 5 a 6 S.M; (8) De 6 a 7 S.M; (9) De 7 a 8S.S.M; (10) De 9 a 10 S.M; (11) Mais de 10 S.M.</p> <p>4. Quantas pessoas moram com você? _____</p> <p>6. Quem contribui com a renda familiar? _____</p> <p>7. Condição da moradia: (1) Própria Quitada; (2) Própria Não Quitada); (3) Alugada; (4) Invasão; (5) Outras _____</p>	<p>1. _ _ </p> <p>2. _ </p> <p>3. _ </p> <p>7. _ </p>
<p>16. Formação e Experiência Profissional</p> <p>1. Fez algum curso diretamente relacionado a função que exerce na instituição? (1) Sim; (2) Não. Se Sim, qual curso _____</p> <p>2. Antes de trabalhar na instituição, o que fazia? _____</p> <p>3. Você gosta da função que exerce? (1) Sim; (2) Não. Porque? _____</p>	<p>1. _ </p> <p>3. _ </p>
<p>BLOCO III</p>	
<p>17. Percepção acerca do espaço/ambiente físico pedagógico da instituição de educação Infantil</p> <p>1. Para você o entendimento sobre os ambientes físicos da instituição de educação infantil, deve refletir que concepção? _____</p> <p>2. Para você como deve ser pensado os espaços (ambientes) físicos da instituição de educação infantil? _____</p> <p>3. Na sua percepção deve ser pensado o mobiliário da instituição de Educação Infantil? _____</p> <p>4. Na sua percepção como os materiais - brinquedos, livros infantis, jogos educativos, instrumentos musicais, móveis, materiais audiovisuais, material pedagógico, entre outros - devem ser pensados e organizados na instituição? _____</p> <p>5. Do seu ponto de vista como os espaços e mobiliários da instituição de Educação Infantil devem ser organizados tendo em vista favorecer as experiência das crianças?</p>	

<hr/> <hr/>	
<p>6. Em relação ao material para higiene das crianças, na sua percepção o que deve ser considerado?</p> <hr/>	
<p>7. Como você percebe os espaços, materiais e mobiliários na instituição de Educação Infantil visando atender as demandas e necessidades dos educadores? _____</p> <hr/>	8. _
<p>8. Na sua percepção, os espaços na instituição que você trabalha foi planejado para atender as demandas e necessidade das crianças? (1) Sim; (2) Não. Por quê? _____</p> <hr/>	9. _
<p>9. Na sua percepção, os espaços na instituição que você trabalha foi planejado para atender as demandas e necessidade dos adultos? (1) Sim; (2) Não. Por quê? _____</p> <hr/>	
<hr/>	
<p>Recife ____/____/2017</p>	
<p>Assinatura do Pesquisados: _____</p>	
<p>Assinatura do/a Entrevistado/a: _____</p>	

TABELA 1 – Caracterização do perfil sócio econômico e demográfico das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, da Rede de Educação Infantil do Recife – Recife, 2017.

Dados Sócio-Econômico e Demográficos	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sexo										
Feminino										
Masculino										
TOTAL										
Faixa Etária										
18 a 28 anos										
28 a 38 anos										
38 a 48 anos										
48 a 58 anos										
58 a 68 anos										
68 a 78 anos										
TOTAL										
Escolaridade										
Ensino Médio Incompleto										
Ensino Médio Completo										
Magistério										
Ensino Superior Completo										
Especialista										
TOTAL										
Vínculo empregatício										
Concursado										
Seleção Simplificada										
Bolsista										
TOTAL										
Faixa salarial										
-1 salário Mínimo										
01 a 02 Salários Mínimos										
03 a 04 Salários Mínimos										
05 a 06 Salários Mínimos										
TOTAL										

TABELA 2 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como devem ser pensados os espaços físicos – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como devem ser pensados os espaços físicos?										
- Com conforto(sala climatizadas, Cadeiras alcochoadas);										
-Ser amplo(grande, ideal para o desenvolvimento;										
-Espaços bem divididos que promovam o desenvolvimento das atividades com as crianças;										
-Que promova segurança para crianças e profissionais(pisos adequados;brinquedos com manutenção; extintor);										
-Espaços iluminados e Ventilados;										
-Acessibilidade(rampas, banheiros adaptados, portas largas, piso antiderapante);										
-Não sabe responder										
TOTAL										

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

TABELA 3 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como percebem o espaço da sua instituição – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como você percebe o espaço da sua instituição?										
Espaços pequenos, não comportam a quantidade de crianças atendidas (sala, banheiros, área externa);										
Falta sala para profissionais se reunirem (fazer planejamento, reuniões);										
Os espaços são quentes (sem ventilação, escuros);										
Tem terreno, mas não foi aproveitado devidamente;										
Não soube responder										
TOTAL										

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

TABELA 4 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como deve ser pensado o mobiliário e os equipamentos da sua instituição – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como devem ser pensados o mobiliário e Os equipamentos?										
De qualidade e quantidade deseja-vel(durá-vel,sem quinas,livres de ferrugem) e que a- tenda a necessidade das crianças em relação à idade;										
De acordo com a idade das crianças (mesas, cadeiras, armários, pias, sanitários, pranchas);										
Considerar as demandas dos profissionais (armários, cadeiras e mesas de apoio);										
Adequados ao corpo, promova conforto (cadeiras que ajustem ao corpo; ar condicionado, ventilado-res).										
Não soube responder										
TOTAL										

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

TABELA 5 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de Educação Infantil e das estagiárias, sobre como percebem o mobiliário da sua instituição – Recife, 2017.

Representações Sociais	Frequências das Respostas									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como você percebe o mobiliário da sua instituição?										
Não são projetados para o tamanho das crianças (mesas, cadeiras, berços, sanitários, armários)										
Não atende as necessidades dos professores e demais profissionais (falta mesa, cadeiras, armários, ventiladores, ar condicionado)										
Faltam armários para guardar material pedagógico e pertences dos profissionais										
Não soube responder										
TOTAL										

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

TABELA 6 - Representações sociais das gestoras, das coordenadoras pedagógicas, das professoras, das auxiliares de instituições de Educação Infantil e estagiários/as acerca dos dos materiais pedagógicos – Recife, 2017.

REPRESENTAÇÃO ES SOCIAIS	FREQUÊNCIAS DAS RESPOSTAS									
	Gestor (a)		Coord. Pedagógico (a)		Professor (a)		ADI		Estagiário (a)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Como devem ser pensados os Materiais pedagógicos?										
Para promover o desenvolvimento da criança; De acordo com a faixa etária das crianças;										
Em quantidade e qualidade adequadas;										
De acordo com a proposta pedagógica;										
Não soube responder										
TOTAL										
Como você percebe o material pedagógico da sua instituição?										
Tem em pouca quantidade(falta material p/todas as crianças										
Cada sala deveria ter o seu próprio material;										
Falta profissional qualificado p/uso de certos materiais;										
Falta material diversificado (instrumentos musicais, material p/pintura, jogos, quebra cabeça, livros de estórias infantis etc)										
O material é de baixa qualidade										
TOTAL										

*Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Fonte: Coleta direta de dados, Marques (2017)

QUADRO

ÁREA	ESPECIFICAÇÕES
Ambiente	
Ocupantes	
Área	
Pé direito	
Atividades	
Mobiliário	
Cor	
Iluminação	
Temperatura	
Ventilação	
Revestimento de Parede	
Revestimento de piso	